



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

PORTO VELHO - RO

2011



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010, da Portaria CGU nº 2546/2010 e das orientações do órgão de controle interno.

PORTO VELHO - RO

2011

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	9
2. O PLANEJAMENTO E A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE	10
2.1 Competência Institucional	10
2.2 Objetivos Estratégicos.....	10
2.3 Estratégias de Atuação frente às Responsabilidades Institucionais	11
2.4 Análise do Andamento do Plano Estratégico	12
2.4.1 Ensino.....	13
2.4.2 Pesquisa e Inovação	13
2.4.3 Extensão	14
2.4.4 Gestão e Infraestrutura	15
3. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE	17
3.1 Execução Física das Ações realizadas pela UJ	22
3.2 Desempenho Orçamentário e Financeiro	25
3.2.1 Programação Orçamentária das Despesas.....	25
3.2.1.1 Programação de Despesas Correntes.....	25
3.2.1.2 Programação de Despesas de Capital.....	25
3.2.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas	26
3.2.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	27
3.3 Execução Orçamentária das Despesas	28
3.3.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ.....	28
3.3.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação	28
3.3.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	29
3.3.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	29
3.3.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	31
3.3.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação	31
3.3.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	32
3.3.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	32
3.3 Indicadores Institucionais.....	34
3.4 Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	36
3.4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores	36
3.5 Recursos Humanos da Unidade.....	36
3.5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos	36
3.5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	37
3.5.3 Composição do Quadro de Estagiários	38
3.5.4 Quadro de custos de recursos humanos.....	39
3.5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	40
3.5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	40
3.6 Declaração sobre Registro de Contratos e Convênios	41
3.7 Entrega e Tratamento das Declarações de Bens e Rendas	41
3.8 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental e Separação de Resíduos Recicláveis ...	41
3.8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	42
3.9 Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da UJ.....	43
3.9.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	43
3.10 Gestão de Tecnologia e Informação da UJ.....	45
3.10.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	45
3.11 Cartões de Pagamento do Governo Federal	46
4. RESULTADOS E CONCLUSÕES	47
5. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	47

5.1 Declaração com ressalva do contador responsável pela unidade jurisdicionada	47
ANEXOS.....	49
ANEXO I – Estrutura Organizacional do IFRO	49
ANEXO II - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva .	56
ANEXO III - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CGU – Controladoria-Geral da União
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSUP – Conselho Superior
DE – Dedicação Exclusiva
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas
DINTER – Programa de Doutorado Interinstitucional
DN – Decisão Normativa
EMDUR - Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano
FIC - Formação Inicial e Continuada
IFAM - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
IFAC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
IFAP - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
IF-BRASÍLIA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
IFMS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
IFRO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
IN – Instrução Normativa
LOA – Lei Orçamentária Anual
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MEC – Ministério da Educação
MINTER – Programa de Mestrado Interinstitucional
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OCI – Órgão de Controle Interno
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBIC-JR - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior
PIBIT - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PPA – Plano Plurianual
PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão
PROPLAD – Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
RG – Relatório de Gestão
RP – Restos a Pagar
SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SEDUC – Secretaria Estadual de Educação
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPÉ – Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SIGA-EPT – Sistemas Gerenciais Administrativos e Acadêmicos
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TCU – Tribunal de Contas da União
UGE – Unidade Gestora Executora
UGR – Unidade Gestora Responsável
UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE TABELAS

Tabela I	Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	08
Tabela II	Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0089	18
Tabela III	Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0750	19
Tabela IV	Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 1062	20
Tabela V	Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 1067	22
Tabela VI	Execução Física das ações realizadas pela UJ	23
Tabela VII	Identificação das Unidades Orçamentárias	26
Tabela VIII	Programação de Despesas Correntes	26
Tabela IX	Programação de Despesas de Capital	27
Tabela X	Quadro Resumo da Programação de Despesas	27
Tabela XI	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	28
Tabela XII	Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ	29
Tabela XIII	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	30
Tabela XIV	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	30
Tabela XV	Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	32
Tabela XVI	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	33
Tabela XVII	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	33
Tabela XVIII	Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	37
Tabela XIX	Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010	37
Tabela XX	Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010	38
Tabela XXI	Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010	38
Tabela XXII	Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010	38
Tabela XXIII	Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010	39
Tabela XXIV	Composição do Quadro de Estagiários	39
Tabela XXV	Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010	40
Tabela XXVI	Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra	41
Tabela XXVII	Declaração da área de Contratos e Convênios	42
Tabela XXVIII	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	42
Tabela XXIX	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	44
Tabela XXX	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	44
Tabela XXXI	Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	44
Tabela XXXII	Gestão de TI da UJ	46
Tabela XXXIII	Demonstrativo de despesa com cartão de crédito corporativo por UG e portador	47
Tabela XXXIV	Despesa com cartão de crédito corporativo	47
Tabela XXXV	Declaração com Ressalva	48

ORGANOGRAMA FUNCIONAL DO IFRO

Estatutariamente, a organização do IFRO compreende:

OS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Conselho Superior; e
Colégio de Dirigentes

A REITORIA

Gabinete;
Pró-Reitorias:
Pró-Reitoria de Ensino;
Pró-Reitoria de Extensão;
Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação;
Pró-Reitoria de Planejamento e Administração;
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional;
Diretorias Sistêmicas:
Diretoria de Gestão de Pessoas; e
Diretoria de Tecnologia da Informação;
Auditoria Interna;
Procuradoria Federal;
Ouvidoria

OS CAMPI

Considerando a fase de implantação, no exercício de 2010 não foram implantadas as unidades de Auditoria Interna e Ouvidoria. Em relação às competências e atribuições das unidades organizacionais, em vista do Regimento Geral estar em elaboração, não estão minuciosamente estabelecidas, permanecendo as definições gerais alinhadas no próprio Estatuto, a saber:

Conselho Superior: de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do IFRO, ao qual compete: aprovar as diretrizes para atuação institucional e zelar pela execução de sua política educacional;

Colégio de Dirigentes: de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria do IFRO, ao qual compete as atividades de assessoramento;

Reitoria: órgão executivo do IFRO, cabendo-lhe a administração, a coordenação e a supervisão de todas as atividades da Autarquia;

Gabinete: órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria;

Pró-Reitoria de Ensino: planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e políticas do Ensino;

Pró-Reitoria de Extensão: planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e políticas de Extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e a pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais ligados ao IFRO;

Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação: planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e políticas de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, integradas ao ensino e à extensão;

Pró-Reitoria de Planejamento e Administração: planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e políticas de planejamento, administração, gestão orçamentária, financeira e patrimonial do IFRO;

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional: planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e políticas de desenvolvimento institucional e a articulação entre as Pró-Reitorias e os Campi do IFRO;

Diretoria de Gestão de Pessoas: responsável por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e atividades na área de pessoal, no âmbito de todo o IFRO;

Diretoria de Tecnologia da Informação: responsável por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e atividades na área de tecnologia da informação, no âmbito de todo o IFRO;

Procuradoria Federal: órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pela representação judicial e extrajudicial e pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos;

Campi: para fins da legislação educacional, são considerados sedes, sendo administrados por Diretores-Gerais cujo funcionamento será estabelecido pelo Regimento Geral e pelo respectivo Regimento Interno.

Em dezembro de 2010, por meio da Resolução/CONSUP/IFRO nº 48, a organização do IFRO foi detalhada, explicitando as unidades em nível de execução, conforme Anexo I, cujas competências e atribuições serão definidas no Regimento Interno.

INTRODUÇÃO

Em observância aos princípios que regem a Administração Pública Federal e para dar cumprimento às regulações e normas, em especial, à IN TCU nº 63/2010, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO apresenta seu Relatório de Gestão do exercício de 2010, aos órgãos de controle e à comunidade em geral, de forma a relatar suas práticas de gestão.

O presente Relatório estrutura-se em 05 (cinco) capítulos. No Capítulo 1, faz-se a identificação da Instituição e de seus responsáveis, no Capítulo 2, faz-se uma abordagem sobre as competências, estratégias e seus objetivos, no Capítulo 3, são descritos os programas sob a responsabilidade da Unidade, pontuando a execução física e orçamentária das ações e indicadores, no Capítulo 4, os resultados e conclusões resultantes do relato e no Capítulo 5 são apresentadas as informações contábeis da gestão.

Considerando o roteiro disposto no Anexo II da IN TCU nº 107, de 27/10/2010, o IFRO esclarece que, embora se apliquem à realidade da unidade, os itens, da parte A, Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos (03); Informações sobre Transferências (06); Informações sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ (09); Renúncias tributárias sob gestão da UJ (14); Determinações e Recomendações do TCU e do Órgão de Controle Interno (15); não apresentaram conteúdo a ser declarado no exercício de 2010 em relação especificamente ao Funcionamento do Sistema de Controle Interno vale salientar que no exercício não foi possível a implantação do sistema em virtude do IFRO estar em processo de implantação, com número reduzido de servidores dentre os quais a maioria recém contratada carecendo de conhecimentos específicos para atuação na área. Quanto aos itens, da parte B, sobre demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64 (2) não se aplica, tendo em vista a execução do IFRO dar-se por meio do SIAFI; demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76 (03) e informações sobre a composição acionária do capital social (04) não se aplicam em face da contabilidade do IFRO estar sob o regime da Lei nº 4.320/64 e MCASP.

Os Indicadores Institucionais elencados no item 3.3 são os mesmos solicitados pela Parte C – Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidas Afins, da DN/TCU nº 107/2010.

No desenvolvimento de suas ações no exercício de 2010, dentre suas realizações, apontam-se como principais: a) a ampliação do número de unidades, hoje contamos com 07 *campi*, dos quais 06 encontram-se em funcionamento, mesmo sem a conclusão de todas as obras; b) inauguração de 03 *campi* pelo Presidente da República, Luís Inácio da Silva: *Campus* Ji-Paraná, *Campus* Avançado Cacoal e *Campus* Avançado Porto Velho; c) ampliação do número de matrículas

e da oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), técnicos e licenciaturas nas áreas científicas, bem como a aprovação pelo CONSUP do Curso de Engenharia Agrônômica que será implantado a partir do início de 2011; d) consolidação do Programa de Iniciação Científica, considerando-se um crescimento de 750% em relação a 2009, saltamos de 20 bolsas em 2009 para 152 em 2010, quase todas financiadas pelo CNPq, fato este que coloca a nossa instituição como a primeira no ranking do Estado de Rondônia, pois 4% dos nossos alunos possuem bolsa de iniciação científica; e) aprovação do Estatuto e da Estrutura Organizacional do IFRO; f) estabelecimento do Primeiro Acordo de Cooperação Técnico-Científico Internacional com o Canadá, que garantiu a nossa participação no Projeto Mulheres Mil; g) aquisição de equipamentos, mobiliário e veículos para as nossas unidades; h) realização exitosa de 02 concursos públicos para provimento de nosso quadro de pessoal, totalizando a efetivação de 196 servidores.

Cabe esclarecer que no desempenho de sua missão e na busca de alcançar os objetivos traçados para o exercício de 2010, o IFRO enfrentou várias dificuldades, dentre as quais se destaca o número reduzido da força de trabalho, tanto de docentes como de técnico-administrativos, diante da implantação de novos *campi*, abertura de cursos diversificados e aumento da oferta de vagas e da necessidade de realizar diagnósticos, definir estratégias de ação e implantar ferramentas de gestão e controle.

Outro desafio enfrentado pela gestão refere-se à migração dos sistemas SIAPE, SIAFI, SIASG e SCDP, da gestão do IFAM, tutor responsável pela implantação do IFRO, para a gestão efetiva do IFRO, que passou a gerir suas ações e em virtude da integração das unidades que deram origem ao IFRO, a antiga Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, hoje *Campus* Colorado do Oeste e Escola Técnica Federal de Rondônia, hoje *Campus* Porto Velho e às demais unidades implantadas e à descentralização de ações.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Tabela I - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia			
Denominação abreviada: IFRO			
Código SIORG: 100907	Código LOA: 26421		Código SIAFI: 26421
Situação Operacional: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia Federal			
Principal Atividade: Educação Profissional de Nível Técnico			Código CNAE: 8541-4/00
Telefones/Fax de contato	(069) 3225-5045	(069) 3212-0066	(DDD)
E-mail: reitoria@ifro.edu.br			
Página da Internet: www.ifro.edu.br			
Endereço Postal: Av. Gov. Jorge Teixeira, nº 3146 – Bairro Setor Industrial / 76.821-002 / Porto Velho - RO.			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 11.892/2008			
Outras normas infra-legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Resolução/CONSUP/IFRO nº 03/2009 - Estatuto do IFRO			
Resolução/CONSUP/IFRO nº 48/2010 - Estrutura Organizacional			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Plano de Desenvolvimento Institucional 2009/2014			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
158148	Reitoria		
158341	Campus Colorado do Oeste		
158376	Campus Ji-Paraná		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
26421	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
158148		26421	
158341			
158376			
158342			
158343			
158345			
158532			
158533			

2. O PLANEJAMENTO E A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE

2.1 Competência Institucional

O IFRO foi criado por meio da Lei nº 11.892, de 29/12/2008, dotado de natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Trata-se de uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada em oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos em sua prática pedagógica.

Consoante a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o Instituto Federal de Rondônia tem por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

Em 2009 elaboramos o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), fundamentado na legislação educacional vigente, para apresentarmos à sociedade o nosso compromisso para o período dos próximos 5 (cinco) anos. Neste documento, o Instituto Federal de Rondônia descreve a filosofia de trabalho, a missão a que se propõe, as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, a sua estrutura organizacional e as atividades acadêmicas que pretende desenvolver até o ano de 2014, sem perder de vista as diretrizes emanadas pelo Ministério da Educação – MEC através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC.

A missão do Instituto é promover educação científica e tecnológica de excelência, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, para a formação de cidadãos comprometidos com a sustentabilidade da sociedade.

Sua organização e funcionamento encontram-se disciplinados no seu Estatuto, aprovado por meio da Resolução nº 03, de 31/08/2009 do CONSUP, publicado no Diário Oficial da União de 1º/09/2009.

O IFRO compõem-se de sete unidades, distribuídas em diversos municípios do Estado de Rondônia. Integram a instituição o *Campus* Porto Velho, o *Campus* Avançado Porto Velho, o *Campus* Ariquemes, o *Campus* Ji-Paraná, o *Campus* Avançado Cacoal, o *Campus* Vilhena, o *Campus* Colorado do Oeste e a Reitoria, órgão executivo ao qual compete a administração, a coordenação e a supervisão de todas as atividades da Autarquia, localizada em Porto Velho.

Sua execução orçamentária e financeira no exercício de 2010 foi efetivada por meio da Reitoria e *campi* Ji-Paraná e Colorado do Oeste, mediante delegação de competência aos Diretores-Gerais dessas unidades, o que deve estender-se às demais, como forma de desburocratização e descentralização dos procedimentos e compartilhamento de decisões.

2.2 Objetivos Estratégicos

Considerando as suas características e finalidades e seu papel institucional, consignados na Lei de criação e no seu Estatuto, bem como as metas e ações constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional, o IFRO possui os seguintes objetivos:

- ✓ Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

- ✓ Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- ✓ Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- ✓ Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- ✓ Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e a emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- ✓ Ministrar em nível de educação superior:
 - a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
 - e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

2.3 Estratégias de Atuação frente às Responsabilidades Institucionais

O IFRO, juntamente com o IFMS, IFAP, IFAC e IF-BRASÍLIA, é considerado pelo MEC-SETEC como um instituto em implantação, cujo prazo se encerra somente em 2014. Portanto, os desafios para o cumprimento de suas responsabilidades institucionais são diversos e inúmeros, como só acontece em projeto de tamanha envergadura. Não obstante essa singularidade de nossa instituição, envidamos todos os nossos esforços no cumprimento de seus objetivos estratégicos que se encontram consignadas nas diretrizes da SETEC, na Lei nº 11.892/2008, no Estatuto, no PDI e no Plano de Implantação.

Vale ressaltar que a implantação do IFRO está relacionada ao conjunto de políticas em curso para a educação profissional e tecnológica, que tem como ação mais relevante a reestruturação e expansão da rede federal (criação de 38 institutos federais e 214 unidades). Em função disso, a nossa atuação voltou-se basicamente para o processo de implantação de 06 *campi*: Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Vilhena, *Campus* Avançado Porto Velho e *Campus* Avançado Cacoal, além da estruturação da Reitoria. A implantação e funcionamento dessas unidades, além do *Campus* Colorado do Oeste, marco importante na interiorização da educação profissional e tecnológica no Estado de Rondônia, constitui uma prova cabal de que o IFRO vem cumprindo o seu papel de atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, de uma educação pública de qualidade sintonizada com os arranjos produtivos locais com os quais as atividades de ensino, pesquisa e extensão guardam total sintonia.

O ano de 2010 marcou a autonomia do IFRO como instituição ordenadora de despesas, uma vez que até o ano de 2009, tínhamos como instituição tutora o Instituto Federal do Amazonas. Esse fato representou um avanço positivo, uma vez que a gestão ganhou autonomia e celeridade na execução de seu Plano de Ação. Registre-se ainda que existem 06 obras civis em andamento sob a responsabilidade do IFAM, todas com conclusão prevista para o ano de 2011. O atraso na execução das obras dos *campi* tem representado um entrave muito grande na implantação dos mesmos,

principalmente porque assumimos o compromisso de iniciar as atividades acadêmicas no exercício de 2010 em todas as unidades, o que conseguimos, com exceção do *Campus* Avançado Porto Velho, uma vez que em sua sede instalaram-se a Reitoria e o *Campus* Porto Velho.

Os avanços e realizações nesse desafiante e trabalhoso processo de implantação do Instituto, notadamente os inerentes à gestão, infraestrutura, gestão de pessoas e gestão de tecnologia da informação, estão direcionados para as áreas finalísticas da instituição: ensino, pesquisa e extensão.

Assim sendo, foram investidos recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional para as edificações de sede dos *campi*, ampliação e reforma das unidades doadas por outras instituições, aquisição de equipamentos e mobiliário para os *campi* e Reitoria, instalação de um DATA CENTER na Reitoria para facilitar a comunicação com os *campi* e permitir a oferta de Educação a Distância EAD. Destacam-se ainda como ações relevantes: implantação do SIGA-EPT – sistemas gerenciais administrativos e acadêmicos, realização de concursos públicos para provimento dos cargos, estruturação da Diretoria de Gestão de Pessoas, aprovação da estrutura organizacional dos *campi* e da Reitoria, aprovação do Estatuto, implantação do Conselho Superior da Instituição, aprovação pelo CONSUP de vários instrumentos normalizadores da gestão, capacitação dos novos servidores, implantação e organização das unidades gestoras, criação e aprovação dos projetos pedagógicos dos cursos, ampliação da oferta de cursos de pós-graduação para os servidores através de MINTER e DINTER, implantação de 152 bolsas de Iniciação Científica para os nossos alunos, financiadas em sua maioria pelo CNPq, implantação do Núcleo de Inovação Tecnológica, ampliação da oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada para a comunidade, Assinatura de Acordo de Cooperação com o Canadá e inauguração de 03 *campi*: Vilhena, Avançado Cacoal e Avançado Porto Velho.

O Ensino tem a missão de consolidar a educação profissional como bem público fundamenta-se nas necessidades sociais, econômicas e culturais das comunidades envolvidas. A presença do IFRO nos municípios de Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Colorado e Vilhena, com oferta de cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e Subsequente, Licenciaturas, Engenharia, Cursos Tecnológicos e até mesmo de Pós-Graduação *lato sensu*, de caráter público e de qualidade, atendendo satisfatoriamente a comunidade interna e a população local, vem corroborar seu papel estratégico como agente social compromissado com o desenvolvimento local e regional.

As atividades de Pesquisa e Inovação têm sido desenvolvidas em sintonia com os arranjos produtivos locais, buscando a construção do saber e sua aplicabilidade, a partir do questionamento da realidade. Nesse sentido, algumas ações foram materializadas, tais como: criação de grupos de pesquisa, ampliação das bolsas de iniciação científica, realização de eventos de iniciação científica, participação de pesquisadores em congressos e seminários, investimento na qualificação dos servidores docentes e técnico-administrativos em cursos de pós-graduação.

Quanto às atividades de Extensão, integradas ao ensino e à pesquisa, visam promover a integração da comunidade com o IFRO através do acesso ao conhecimento gerado na Instituição, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, estimulando os processos educativos que gerem renda e promovam a cidadania. Nessa perspectiva, foram ampliados os cursos de Formação Inicial e Continuada, Projetos de Inclusão Social principalmente para as Pessoas com Necessidades Especiais, eventos culturais, artísticos e desportivos para a comunidade.

2.4 Análise do Andamento do Plano Estratégico

Consideramos que o Plano Estratégico da Instituição encontra-se inserido no PDI. Este imprescindível instrumento de gestão contempla as políticas, objetivos, metas e ações estratégicas para o período de 2009 a 2014.

Há de se registrar ainda que, em face das alterações propostas pelo MEC para o Acordo de Metas, bem como a criação de duas novas unidades em 2010, foi constatada a necessidade de se reformular o PDI, a fim de adequá-lo ao novo cenário, que ocorrerá em 2011.

A seguir serão elencadas as principais metas e ações desenvolvidas em 2010 pelas áreas estratégicas do Instituto: ensino, pesquisa e inovação, gestão e infraestrutura, todas sintonizadas com o Plano Estratégico.

2.4.1 Ensino

O Instituto Federal de Rondônia está desenvolvendo suas políticas de formação profissional por meio de programas e projetos focados na educação de excelência, na consolidação de sua identidade enquanto unidade de uma rede que prevê o desenvolvimento regional (coerente com os arranjos produtivos locais) e na expansão da educação profissional, científica e tecnológica, conforme as diretrizes do Ministério da Educação e órgãos correlatos.

O Instituto foi estruturado de modo que as ações se realizem de forma específica e, sempre que necessário, sistêmica. Assim, o leque de serviços oferecidos pela Instituição deve ser cumprido com atendimento aos interesses e necessidades dos setores internos e de todas as comunidades envolvidas. Em seu plano de expansão, tem investido em estruturação predial e tecnológica e na formação de pessoal.

No ano de 2010, o IFRO avançou na construção de normativas, consolidação de cursos, ampliação de oferta de vagas para estudantes e provimento de recursos para todos os seus *campi*, de uma forma a otimizar a aplicação dos recursos financeiros e melhor aproveitar os recursos materiais disponíveis.

O Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRO destaca, como Missão, promover uma educação de excelência, em que se integrem ensino, pesquisa e extensão em favor da sustentabilidade da sociedade. O ensino está se desenvolvendo com base nos princípios de uma educação contextualizada e problematizadora. Para tanto, são adotados procedimentos democráticos e investimentos em projetos de intervenção. Na prática específica de ensino e aprendizagem, as ações são desenvolvidas para garantir uma educação que atenda às diretrizes de inclusão, profissionalização e de formação para a cidadania.

Durante o ano de 2010, a Pró-Reitoria de Ensino focou sua atuação na normatização dos procedimentos acadêmicos, na instrução de projetos pedagógicos de curso e num atendimento pedagógico que levasse à excelência do ensino e à permanência do aluno nos *campi*.

Os processos de desenvolvimento do ensino foram conduzidos pelos *Campi* e instruídos pela Pró-Reitoria de Ensino com dois enfoques inter-relacionados: a formação para a cidadania e a preparação para o mundo do trabalho, promovendo atividades de sustentação e aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem.

As atividades de ensino pontuam, portanto, os processos de elaboração e consolidação de normativas, a implantação e aprimoramento dos projetos pedagógicos de curso, a realização de processos seletivos, a estruturação dos setores de desenvolvimento do ensino para todas as demandas de educação presencial e a distância, a formação de servidores (especialmente os docentes, pessoal de apoio pedagógico e membros dos serviços de registros), assim como, dentre outros, o acompanhamento pedagógico dos processos de ensino e aprendizagem.

2.4.2 Pesquisa e Inovação

Compete à Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação estimular e gerenciar o desenvolvimento da pesquisa científica, a inovação tecnológica, a oferta de cursos de pós-graduação e a implantação dos Núcleos de Inovação Tecnológica nos *campi*. Objetiva-se com essas atividades o desenvolvimento institucional por meio do fortalecimento dos vínculos entre o IFRO e a sociedade, de modo a colaborarmos para o desenvolvimento sustentável do Estado de Rondônia e da região Amazônica.

No ano de 2010, vale destacar as seguintes ações:

- Elaboração do Projeto de criação do Núcleo de Inovação Tecnológica, incluindo o seu Regimento Interno;
- Elaboração do Plano Estratégico da PROPESP;
- Realização do 1º. Seminário do Programa de Pesquisador Iniciante do IFRO;
- Participação de servidores e alunos em Congressos científicos e mostras tecnológicas;
- Implantação de 152 bolsas de iniciação científica para nossos alunos, nas modalidades PIBIT e PIBIC-JR, que culminaram na construção e desenvolvimento de projetos de pesquisa científica;
- Elaboração e aprovação no CONSUP do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação em Informática na Educação pelo *Campus Ji-Paraná*;

2.4.3 Extensão

Os Institutos em seu papel central devem colher da cidadania e da ética os seus princípios e valores, constituindo um marco nas políticas de educação, revelando uma dimensão de educação profissional alinhada com as políticas de inclusão e com um projeto de nação.

Por seu caráter dialógico, construtor de ligações entre a sociedade e a escola, a Extensão ocupa papel estratégico na implantação e implementação do Instituto Federal em Rondônia. Em 2010 a PROEX intensificou as visitas técnicas, com o objetivo de consolidar a posição do Instituto na região, tornando a Instituição conhecida e respeitada. Avançamos na consecução de parcerias para cooperação técnica, inclusive no âmbito internacional. Implantamos o Projeto Mulheres Mil, dentre outros 12 Institutos do Norte e Nordeste, tornando o Instituto detentor de uma importante tecnologia social que será replicada a toda região beneficiando milhares de pessoas. Palavra chave para as ações de Extensão, a inclusão é meta prioritária. Ela se acontece a partir dos colóquios com as diversas comunidades, do setor produtivo ao setor cultural regional.

Os cursos de Formação Inicial e Continuada são assim, elaborados com a participação da comunidade, inserindo pessoas através do conhecimento, promovendo o aumento de escolaridade e a geração de renda de modo sustentável.

No âmbito da EPT, o ensino agrícola ocupa importante instrumento de inclusão, propiciando a implementação de políticas públicas, promovendo a inovação e a atuação no território de modo inclusivo, promovendo também o acesso ao conhecimento gerado nos Institutos às populações tradicionalmente afastadas desta possibilidade até então. Neste contexto a resignificação do ensino agrícola tem papel importante, e é um processo que demanda ações integradoras entre o conhecimento gerado no Instituto e a demanda da comunidade rural, especialmente no que se refere à Agricultura Familiar. Esta ação objetiva promover acesso ao conhecimento sobre o beneficiamento e a produção do leite, bem como sobre os conceitos e práticas de agroecologia, economia solidária e fomento à agricultura familiar. Foram desenhados FIC que atenderão populações dos assentamentos.

A implantação de políticas inclusivas e afirmativas é realidade no Instituto Federal de Rondônia através da elaboração de cursos para portadores de deficiência auditiva (serão ministrados em 2011), das ações de planejamento juntamente com o Estado de Rondônia. As parcerias foram firmadas, as ações se realizarão mais fortemente em 2011, já no primeiro semestre.

O atendimento às populações privadas de liberdade também teve início, com o IFRO tendo firmado convênio com a Secretaria de Justiça – Penitenciária Federal de Porto Velho e com a Secretaria de Estado de Educação.

Junto ao Ministério Público de Rondônia, as ações são no sentido de atender jovens em situação de risco, através de cursos profissionalizantes para eles e suas famílias.

No âmbito internacional, há acordos firmados com o Canadá e com a França. Transferência de tecnologias, pesquisa aplicada e em rede, são ações já em andamento. O Projeto Mulheres Mil é um marco de desenvolvimento para a região e fomentará novas parcerias.

Ações e populações beneficiadas:

✓ Integração do IFRO ao Projeto Mulheres Mil: sistematização tecnologia social; ARAP; compartilhar com a Rede. 2 comunidades beneficiadas, 38 mulheres alunas do Instituto. Parceria com a secretaria Municipal de Educação de Ji-Paraná firmada. Realização de um PROEJAFIC.

✓ Visita ao Canadá em março de 2010. Acesso a dois *colleges*, firmada parceria para cooperação técnica, benefício estimado para 250 mulheres a curto prazo. A médio prazo para toda região, com fomento ao Arranjo Produtivo do Vestuário. Visitas técnicas na região de Cacoal e Pimenta Bueno, com acesso a 10 empresas do vestuário.

✓ FIC – Curso em parceria com a EMATER no 1º assentamento florestal do Brasil – Assentamento Florestal Jequitibá (PAF). Benefício direto a 45 famílias, indireto, a 201 famílias assentadas.

✓ Visita prospectiva ao Assentamento Flor do Amazonas – acesso a 35 famílias. Elaboração de FIC em andamento, inclusive com demanda na área de Ensino a Distância.

✓ Visita a populações ribeirinhas do baixo e Médio Madeira: 17 comunidades acessadas. Aproximadamente 2.500 pessoas. Resultado: o Instituto faz parte da Comissão de Desenvolvimento Participativo do Médio e Baixo Madeira – Educação Profissional.

✓ Catadores de Material Reciclável: apoio a realização de cursos de capacitação. Beneficiadas 130 famílias.

✓ Atendimento às populações privadas de liberdade: IFRO, Secretaria de Justiça – Penitenciária Federal de PVH e Secretaria de Estado de Educação.

✓ Junto ao Ministério Público de RO as ações são no sentido de atender jovens em situação de risco, através de cursos profissionalizantes para eles e suas famílias. Acesso a 75 famílias.

Como resultado dessas ações, a consolidação do papel inclusivo e promotor de um desenvolvimento sustentável do Instituto, o aperfeiçoamento dos diálogos com a comunidade, levantamento de demandas com eficiência, melhoria na oferta, e finalmente, a promoção do acesso ao Instituto a populações não tradicionais. Relevante também a implantação das políticas de acesso e de permanência, com capacitação para replicação no IFRO – ARAP.

2.4.4 Gestão e Infraestrutura

Como autarquia da administração indireta, o IFRO possui autonomia administrativa e didático-pedagógica, com orçamentos individualizados para cada *campus* e Reitoria, ancorados em diretrizes institucionais sistêmicas. A estrutura multicampi possibilita a descentralização e a autonomia para os *campi* na operacionalização de suas ações. Por conseguinte, adotamos um modelo de gestão democrática, participativa, colegiada e voltada para a cultura de excelência de resultados. Todas as nossas ações administrativas possuem caráter sistêmico, a fim de se garantir a unidade e integração entre a Reitoria e os *campi*.

Nesse sentido, priorizamos no início do exercício a constituição e implantação do Conselho Superior - CONSUP, de caráter consultivo e deliberativo, que é o órgão máximo do IFRO. Como resultado de sua atuação, foram aprovadas 56 resoluções que regulamentaram relevantes atos nas diversas áreas estratégicas da instituição, após passarem pelo crivo da comunidade e do Colégio de Dirigentes.

A seguir, elencamos as principais ações realizadas na área de gestão e infraestrutura:

- aprovação da estrutura organizacional da reitoria e dos campi;
- implantação e organização das unidades gestoras: Reitoria e *Campus* Ji-Paraná, além da reorganização do *Campus* Colorado do Oeste;
- implantação da Pesquisa Institucional;
- realização de dois encontros com os dirigentes de administração dos *campi* e Reitoria para sistematizar e integrar os processos de aquisições e compras, bem como implementar medidas administrativas que privilegiem os princípios da transparência, economicidade e eficácia;

- aquisição de equipamentos, mobiliário, softwares, acervo bibliográfico e de multimídia para equipar os laboratórios, salas ambiente e bibliotecas dos *campi* em implantação;
- aquisição de veículos para dar suporte à administração do *Campus* Porto Velho;
- apoio técnico e operacional ao Instituto Federal do Amazonas-IFAM na execução das seguintes obras do IFRO, que estão sob a responsabilidade daquele instituto: edificação da sede do *Campus* Porto Velho (a ser entregue em 2011), construção da sede do *Campus* Vilhena (já inaugurada, mas ainda em fase final do processo construtivo), edificação da quadra e piscina do *Campus* Vilhena (a ser entregue em 2011), reforma e ampliação do *Campus* Ji-Paraná (a ser entregue no início de 2011), edificação do prédio da Agroindústria do *Campus* Ariquemes (a ser concluída no 1º. Semestre/2011) e construção do prédio da Agroindústria do *Campus* Cacoal (a ser concluída no 1º. Semestre/2011). A obra de reforma e ampliação do *Campus* Ariquemes, com conclusão prevista para o final de 2011, foi licitada pelo IFAM, mas o contrato foi sub-rogado para o IFRO;
- fiscalização da execução de 11 obras no *Campus* Colorado do Oeste;
- aquisição e implantação de um data center para atender a todo o sistema do IFRO, dotando a Instituição de tecnologia de informação moderna e atualizada;
- desenvolvimento de marketing institucional pela Assessoria de Comunicação Social para dar maior visibilidade às ações do Instituto interna e externamente;
- aprovação pelo CONSUP das políticas e normativas sobre a utilização dos recursos de Tecnologia da Informação;
- entrada do IFRO no consórcio da Rede Metropolitana da RNP que vai ampliar a velocidade das informações em todos os *campi* e Reitoria;
- implantação dos sistemas SIGA-ADM E SIGA-EDU, desenvolvidos por pesquisadores da própria rede federal sob a coordenação da SETEC, facilitando assim o acesso, transmissão e armazenamento das informações administrativas e acadêmicas;
- elaboração dos projetos arquitetônicos e de engenharia: sede da Reitoria, reforma elétrica do *Campus* Ji-Paraná, da piscina do *Campus* Ji-Paraná, ampliação de um bloco de salas de aula do *Campus* Avançado Porto Velho;
- desenvolvimento do Programa de Recepção e Integração Institucional;
- realização de Concursos Públicos (docentes e técnicos);
- contratação de pessoal por meio de aproveitamento de concurso vigentes do Instituto (docentes e técnicos);
- regulamentação sobre Avaliação dos Técnico-Administrativos em Educação, Dedicção Exclusiva; Encargo de Curso e Concurso, Remoção, Estágio Probatório;
- capacitação de servidores para operacionalização do Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões em parceria com a CGU;
- articulação junto ao MEC e a empresa Aliança para oferta de assistência à saúde suplementar aos servidores;
- participação no planejamento e implantação do SIASS (Siape Saúde).

Finalmente, cumpre-nos registrar que, não obstante o entusiasmo e obstinação da equipe de servidores em realizar as ações necessárias para a adequada implantação do Instituto, enfrentamos inúmeros e diversos obstáculos e dificuldades no desempenho das atividades demandadas em um processo dessa natureza em que todas as ações possuem um caráter de prioridade, pois partimos praticamente do zero para poder oferecer os serviços administrativos e acadêmicos para a comunidade. Dentre tantos, citamos alguns: a) atraso na entrega das construções e reformas dos *campi* – na realidade, a rede federal não possuía estrutura de engenharia em suas unidades com capacidade para gerenciar a construção das 214 unidades da Expansão da Rede Federal. O IFAM, instituição tutora e responsável pelas obras do IFRO e IFAC, além das suas próprias unidades, ainda que se reconheça a boa vontade em nos atender, não conseguiu alavancar as nossas obras. Isso implicou arranjos de toda ordem para poder colocar em funcionamento os nossos *campi* em 2010; b) falta de pessoal, principalmente na Reitoria que passou a concentrar diversas ações, como, por exemplo, as de gestão de pessoas, a estruturação e normalização do

ensino, pesquisa e extensão e a execução do orçamento da Reitoria e de 04 *campi*; c) a demora e indefinição da SETEC, após aval do MPOG, em liberar os concursos, provimento de cargos e as funções gratificadas – isso trouxe um impacto negativo para a implantação do IFRO, pois os alunos ficaram sem aulas em determinados períodos, o atraso na aprovação da estrutura organizacional da Reitoria e dos *campi* que somente foi possível no final do exercício; d) quadro de funções gratificadas incompatível com o porte do Instituto; e) fracasso no provimento de cargo de professor para algumas áreas especializadas do ensino técnico por falta de candidatos, mesmo com ampla divulgação do concurso; e f) o grande volume de servidores solicitando remoção dos *campi* localizados no interior do Estado.

3. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

O IFRO, no exercício de 2010, teve a responsabilidade de gerir os seguintes programas de governo, constantes do PPA 2008/2011:

- 0089 – Previdência de inativos e pensionistas da União;
- 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica;
- 0750 – Apoio Administrativo;
- 1067 – Gestão de Política de Educação.

Tabela II - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0089

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0089		Denominação: Previdência de Inativos e Pensionistas da União				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.						
Objetivos Específicos: Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do poder executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.						
Gerente:			Responsável: Atividades Padronizadas			
Público Alvo: Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
625.120	670.120	638.805,50	638.805,50		638.805,50	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Pessoa Beneficiada				11	14
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Nº de aposentados + Pensionistas						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ação 0181 (Pagamento de aposentadorias e pensões – servidores civis): Considerando que foram beneficiadas 14 pessoas e o índice inicial informado foi de 11 pessoas, observa-se um índice de 15% a mais do previsto inicialmente. Tendo como objeto primordial desta ação o pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores, consideramos que as metas financeiras foram atingidas de forma considerável, utilizando quase 100 % do recurso disponível.						
No entanto, quanto ao atingimento da meta física, a mesma ultrapassou o previsto em três beneficiários e para garantir a meta financeira o governo disponibilizou dotação orçamentária suplementar.						

Fonte: PPA/LOA, SIAFI GERENCIAL e SIAPE

Tabela III - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0750

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0750	Denominação: Apoio Administrativo

Tipo do Programa:

Apoio as Políticas Públicas e Áreas Especiais

Objetivo Geral:

Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Objetivos Específicos:

- Proporcionar aos servidores, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental;
- Oferecer aos servidores condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93;
- Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001;
- Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados.

Gerente:

Responsável: Atividades Padronizadas

Público Alvo:

Governo

Informações orçamentárias e financeiras do Programa

Em R\$ 1,00

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
542.928	1.526.347	1.383.939,67	1.383.939,67		1.383.939,67

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Pessoa Beneficiada				237	569

Fórmula de Cálculo do Índice:
Pessoa beneficiada

Análise do Resultado Alcançado:
Ação 2004 (Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes): O índice atingido superou ao previsto em face de contratação de pessoal por meio de aproveitamento e concurso público e adesão do Instituto Federal de Rondônia ao Plano Brasil de Saúde para os Servidores em Educação por meio de celebração de acordo de parceria entre o MEC e a Administradora de Benefícios de Saúde Aliança.

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Criança atendida				33	66

Fórmula de Cálculo do Índice:
Criança atendida

Análise do Resultado Alcançado:
Ação 2010 (Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados): O aumento de 100% do previsto deu-se em virtude da contratação de pessoal por meio de aproveitamento e concurso público.

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Servidor beneficiado				113	107

Fórmula de Cálculo do Índice:
Servidor beneficiado

Análise do Resultado Alcançado:
Ação 2011(Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados): Para composição do Índice Atingido no Exercício foi considerado o mês de junho/2010 com maior número de servidor beneficiado, tendo em vista a rotatividade da quantidade de beneficiários devido aos requerimentos de concessão e suspensão do benefício. Com isso, apesar do aumento do quadro de pessoal da Instituição muitos servidores não receberam benefício em face da localização de sua unidade de lotação não dispor de transporte coletivo. E nos municípios onde há transporte coletivo o valor a ser descontado do servidor é maior que o valor a ser percebido, tendo em vista o desconto de 6% inferido pela legislação vigente.

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
4	Servidor beneficiado				105	350

Fórmula de Cálculo do Índice:
Servidor beneficiado

Análise do Resultado Alcançado:
Ação 2012 (Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados): Contratação de pessoal por meio de aproveitamento e concurso público e aumento do valor do benefício de R\$133,00 para R\$304,00, por meio de

portaria/MPOG nº 42/2010.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
5	Servidor beneficiado				61	-
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Servidor beneficiado						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ação 20CW (Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos): Não foi possível atingir o índice previsto em face da implantação do Instituto e instabilidade do seu quadro de pessoal.						
Fonte: SIAPE, SIAFI GERENCIAL, LOA e DGP						

Tabela IV - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 1062

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1062		Denominação: Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica.				
Tipo do Programa: Finalístico.						
Objetivo Geral: Ampliar a oferta da Educação Profissional, levando em conta sua articulação com os demais níveis e modalidade de ensino.						
Objetivos Específicos: - Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; - Garantir a manutenção e custeio das instituições da rede federal de educação profissional, visando assegurar o desempenho da sua finalidade precípua, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino; - Ampliar a oferta de vagas da Educação Profissional e Tecnológica mediante a implantação de novas unidades de ensino, vinculadas aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. - Implantar e/ou ampliar a oferta de vagas dos cursos de Licenciatura, com vistas a formar novos docentes para o Ensino básico e fundamental das redes municipais, estaduais e privada.						
Gerente: Eliezer Moreira Pacheco			Responsável: Ministério da Educação			
Público Alvo: Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica e superior tecnológica e professores da educação básica e da educação profissional.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
35.759.823	42.529.818	28.376.448,48	24.437.609,08	3.938.839,40	23.963.874,88	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não há	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Não se aplica						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ação 09HB (Contribuição da União de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais): Embora sua meta física não tenha sido informada na previsão inicial, consideramos que a ação atingiu seu objetivo com o pronto pagamento do regime de previdência dos servidores.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Aluno matriculado				2.436	1.700
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Aluno matriculado						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ação 2992 (Funcionamento da Educação Profissional): Embora a meta física não tenha sido alcançada, os créditos destinados à ação foram totalmente executados, tendo em vista que o objeto da ação é o desenvolvimento de atividades para assegurar a manutenção e o funcionamento da Educação Profissional nas Instituições Federais de Ensino, a saber, manutenção de serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos e de pessoal ativo, bem como a manutenção de infra-estrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.						
No exercício de 2010 houve previsão da ampliação do número de vagas nos <i>campi</i> , porém, o atraso na entrega das						

obras retardou o início das atividades letivas, bem como a escassez de docentes de áreas específicas, impossibilitando a abertura de novas turmas, não sendo possível atingir o índice previsto.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Unidade de Ensino Implantada				5	5

Fórmula de Cálculo do Índice:

Unidade de Ensino Implantada

Análise do Resultado Alcançado:

Ação 1H10 (Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica): Considerando que a implantação das Unidades é plurianual, foram realizados investimentos nos *campi* Vilhena, Ariquemes, Porto Velho, Ji-Paraná e Avançado Cacoal, sendo assim o índice atingido não expressa a finalização da implantação das Unidades de Ensino.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
4	Unidade modernizada				4	

Fórmula de Cálculo do Índice:

Análise do Resultado Alcançado:

Ação 2E13 (Reforma e Modernização da Infraestrutura Física das Instituições Federais da Educação Tecnológica): Embora a ação esteja prevista na LOA não foi possível executá-la, tendo em vista tratar-se de crédito de emenda parlamentar não liberado.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
5	Aluno Assistido				2.436	1.700

Fórmula de Cálculo do Índice:

Aluno assistido

Análise do Resultado Alcançado:

Ação 2994 (Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica): No exercício de 2010 houve previsão da ampliação do número de vagas nos *campi*, porém, o atraso na entrega das obras retardou o início das atividades letivas, bem como a escassez de docentes de áreas específicas, impossibilitando a abertura de novas turmas, não sendo possível atingir o índice previsto.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
6	Volume disponibilizado				675	1.932

Fórmula de Cálculo do Índice:

Volume disponibilizado

Análise do Resultado Alcançado:

Ação 6301 (Acervo bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional): Tendo em vista a finalidade desta ação ser a de ampliar e atualizar o acervo bibliográfico das Bibliotecas, garantindo desta forma que a comunidade escolar tenha acessibilidade a uma leitura de qualidade e um efetivo aprimoramento do conhecimento em suas respectivas áreas de estudo, justifica-se a aquisição de livros/CDs/DVDs com vistas a atender a demanda existente.

Considerando a pluralidade das modalidades de educação ofertada (cursos técnicos, tecnológicos, engenharia, licenciaturas), o advento da implantação e estruturação das bibliotecas do IFRO, a otimização da aplicação dos recursos fez-se possível atingir o índice de 186,22%.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
7	Pessoa capacitada				140	31

Fórmula de Cálculo do Índice:

Pessoa capacitada

Análise do Resultado Alcançado:

Ação 6358 (Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional): Informamos que o IFRO está em fase de implantação, sendo que a maior parte de seu quadro de pessoal foi contratada no exercício de 2010, não sendo possível a elaboração do Plano Anual de Capacitação. Algumas ações de capacitação foram realizadas de forma isolada e pela necessidade de conhecimentos para desenvolver as atividades exigidas na implantação, sem prévio planejamento.

Salientamos que a Política de Capacitação dos Servidores do IFRO passou pela aprovação do Conselho Superior, que

contempla o Programa e o Plano Anual de Capacitação, devendo ser implantada em 2011. Tais dificuldades fizeram com que o índice atingido no exercício fosse apenas 22,14%.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
8	Unidade Reestruturada				2	2

Fórmula de Cálculo do Índice:

Unidade reestruturada

Análise do Resultado Alcançado:

Ação 8650 (Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica): Considerando o objetivo da ação de reestruturação das Instituições, obtendo como resultado uma melhor qualidade de serviços, consideramos que foi satisfatório o alcance das metas físicas e financeiras através das principais ações desenvolvidas, tendo em vista a aquisição de equipamentos e realização de serviços.

Fonte: SIAPE, SIAFI GERENCIAL, LOA e DGP

Tabela V - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 1067

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1067		Denominação: Gestão da Política da Educação				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais.						
Objetivo Geral: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação.						
Objetivos Específicos: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.						
Gerente: Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha				Responsável: Ministério da Educação		
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
209.000	209.000	209.000	146.790,92	62.209,08	136.721,22	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Servidor capacitado				110	49
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Servidor Capacitado						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ação 4572 (Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação): O IFRO está em fase de implantação, sendo que a maior parte de seu quadro de pessoal foi contratada no exercício de 2010, não sendo possível a elaboração do Plano Anual de Capacitação. Algumas ações de capacitação foram realizadas de forma isolada e pela necessidade de conhecimentos para desenvolver as atividades exigidas na implantação, sem prévio planejamento.						
Salientamos que a Política de Capacitação dos Servidores do IFRO passou pela aprovação do Conselho Superior, que contempla o Programa e o Plano Anual de Capacitação, devendo ser implantada em 2011. Tais dificuldades fizeram com que o índice atingido no exercício fosse apenas 44,55%.						

Fonte: SIAFI GERENCIAL e DGP

Análise Crítica da Execução

Programa 0089 - Previdência de inativos e pensionistas da União: Considerando que trata-se de programa com créditos destinados única e exclusivamente ao grupo de despesa de pessoal e encargos sociais não houve contingenciamento e os créditos suplementares necessários foram liberados pelo órgão competente.

Programa 0750 – Apoio Administrativo: Trata-se de programa destinado a prestar assistência e conceder auxílios a servidores, aposentados e dependentes para o qual não houve contingenciamento. A maioria das ações que compõem este programa teve seu índice previsto superado em face da contratação de pessoal e aumento dos valores do auxílio-alimentação e

ressarcimento de saúde suplementar, exceto, as ações destinadas aos exames periódicos e auxílio-transporte. Em relação aos exames periódicos, as dificuldades que impediram a execução estão relacionadas com a implantação do IFRO e instabilidade do seu quadro de pessoal. Apesar do aumento do quadro de pessoal da Instituição muitos servidores não receberam o auxílio-transporte em face da localização de sua unidade de lotação não dispor de transporte coletivo.

Em relação a saúde suplementar, mesmo o índice tendo superado a meta prevista, uma dificuldade enfrentada para que 100% dos servidores fossem beneficiados foi a falta de plano de saúde específico do Instituto.

Programa 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica: Trata-se de programa destinado a expansão, manutenção e funcionamento da educação profissional e não houve contingenciamento.

Embora os índices numéricos (meta física) em alguns casos não tenham sido alcançados, é possível constatar que as ações foram executadas satisfatoriamente.

Como pontos negativos tem-se o atraso na entrega das obras, ocasionado por ocupação ilegal do terreno (*Campus Porto Velho*), inadequações de projetos de engenharia e dificuldades na contratação de mão-de-obra por parte das empreiteiras; escassez de docentes de áreas específicas; não liberação de créditos de emendas parlamentares; escassez de pessoal para desenvolver atividades relacionadas a implantação e execução de políticas e programas norteadores do desenvolvimento institucional, em especial quanto ao regimento geral e políticas de pessoal.

Como pontos positivos tem-se que observando os limites de créditos e dentro da legislação vigente conseguiu-se reestruturar e manter a estrutura física das Unidades e preservar os serviços, otimizando a aplicação dos recursos, inclusive atingindo um índice bem superior na aquisição de acervo bibliográfico.

Programa 1067 – Gestão da Política de Educação: Trata-se de programa destinado a capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação e não houve contingenciamento. As dificuldades para execução estão relacionadas com a escassez de pessoal para desenvolver atividades relacionadas à implantação e execução de políticas e programas voltados para o desenvolvimento dos servidores, sendo que o índice alcançado voltou-se mais especificamente para ações de capacitação de forma isolada visando alcançar conhecimentos específicos para desenvolver as atividades exigidas na implantação.

3.1 Execução Física das Ações realizadas pela UJ

Tabela VI - Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
09	272	0089	0181	OP	3	Pessoa Beneficiada	11	13	-
12	301	0750	2004	A	3	Pessoa Beneficiada	237	569	1.170
12	365	0750	2010	A	3	Criança Atendida	33	66	245
12	331	0750	2011	A	3	Servidor Beneficiado	113	107	337
12	306	0750	2012	A	3	Servidor Beneficiado	105	350	453
12	301	0750	20CW	A	3	Servidor Beneficiado	61	-	375
12	122	1062	09HB	OP	3	-			01
12	363	1062	1H10	P	3	Unidade de Ensino	05	05	04

						Implantada			
12	363	1062	2992	A	3	Aluno Matriculado	2.436	1.700	2.500
12	363	1062	2994	A	3	Aluno Assistido	2.436	1.700	1.500
12	363	1062	6301	A	3	Volume Disponibilizado	675	1.932	1.000
12	363	1062	6358	A	3	Pessoa Capacitada	140	31	130
12	363	1062	8650	A	3	Unidade Reestruturada	02	02	08
12	363	1062	2E13	A	3	Unidade Modernizada	04		-
12	128	1067	4572	A	3	Servidor Capacitado	110	49	130

Fonte: SIAFI OPERACIONAL

Análise da Execução Física

Ação 0181 - Pagamento de aposentadorias e pensões – servidores civis: A previsão da meta física não é feita pela Instituição por tratar-se de operações especiais. A contribuição de que trata esta ação atende as exigências legais e as ocorrências independem da coordenação do programa.

Ação 2004 - Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes: O índice atingido superou ao previsto em face do aumento do quadro de pessoal e adesão do Instituto Federal de Rondônia ao Plano Brasil de Saúde para os Servidores em Educação por meio de celebração de acordo de parceria entre o MEC e a Administradora de Benefícios de Saúde Aliança. Avalia-se que o servidor terá melhores condições de saúde, contribuindo no seu desenvolvimento funcional.

Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados: O aumento de 100% do previsto deu-se em virtude da contratação de pessoal por meio de aproveitamento e concurso público.

Ação 2011- Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados: O índice da meta realizada refere-se ao mês de junho/2010, que apresentou maior número de servidor beneficiado, tendo em vista a rotatividade da quantidade de beneficiários devido aos requerimentos de concessão e suspensão do benefício. Com isso, apesar do aumento do quadro de pessoal da Instituição muitos servidores não receberam benefício em face da localização de sua unidade de lotação não dispor de transporte coletivo. E nos municípios onde há transporte coletivo o valor a ser descontado do servidor é maior que o valor a ser percebido, tendo em vista o desconto de 6% inferido pela legislação vigente. Tais situações têm gerado insatisfação nos servidores, causando impacto negativo na avaliação da execução da meta.

Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados: A meta física ficou bem acima da meta prevista devido ao aumento do quadro de pessoal.

Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos: Não foi possível atingir a meta prevista em face da implantação do Instituto e instabilidade do seu quadro de pessoal. Tem-se como impacto negativo a impossibilidade de cumprir a legislação pertinente ao assunto, de conhecer e avaliar o quadro de saúde, bem como a implementação de ações voltadas ao desenvolvimento humano e social do servidor.

Ação 09HB - Contribuição da União de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais: Não há previsão da meta física na LOA por tratar-se de operações especiais. A contribuição de que trata esta ação atende as exigências legais e as ocorrências independem da coordenação do programa.

Ação 1H10 - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: Considerando que a implantação das Unidades é plurianual, foram realizados investimentos nos *campi* Vilhena, Ariquemes, Porto Velho, Ji-Paraná e Avançado Cacoal, sendo assim a meta física prevista para o exercício foi atingida, entretanto, a implantação das Unidades de Ensino não foi finalizada. Considera-se que a execução da meta física de cada exercício terá ao término da ação impacto positivo de médio e longo prazo, possibilitando a oferta de maior de vagas à sociedade.

Ação 2992 - Funcionamento da Educação Profissional: Embora a meta física não tenha sido alcançada, os créditos destinados à ação foram totalmente executados, tendo em vista que o objeto da ação é o desenvolvimento de atividades para assegurar a manutenção e o funcionamento da Educação Profissional nas Instituições Federais de Ensino. No exercício de 2010 houve previsão da ampliação do número de vagas nos *campi*, porém, o atraso na entrega das obras retardou o início das atividades letivas, bem como a escassez de docentes de áreas específicas, impossibilitando a abertura de novas turmas, não sendo possível atingir a meta prevista. Avalia-se que o impacto negativo foi a impossibilidade de ofertar o número de vagas previstos para o exercício, embora tenha apresentado crescimento significativo em relação a 2009, no entanto, tem-se como lado positivo a aplicação dos recursos na melhoria da infraestrutura e contratação de pessoal.

Ação 2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica: No exercício de 2010 houve previsão da ampliação do número de vagas nos *campi*, porém, o atraso na entrega das obras retardou o início das atividades letivas, bem como a escassez de docentes de áreas específicas, impossibilitando a abertura de novas turmas, não sendo possível atingir a meta física prevista. No entanto, os créditos foram executados na sua totalidade, garantindo o desenvolvimento de ações assistenciais para o corpo discente, dentre as quais se destacam: cobertura de seguro contra acidentes pessoais, auxílio-permanência, hospedagem, alimentação, transporte e bolsas. Mesmo não atingindo a meta física, avalia-se que o impacto da ação foi positivo por possibilitar o ingresso e a permanência dos alunos na Instituição, em especial os que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Ação 6301 - Acervo bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional: A meta física alcançada superou a prevista em 186,22%, tendo em vista a otimização da aplicação dos recursos. Avalia-se que o impacto é positivo, pois dispondo do mesmo crédito conseguiu-se quase triplicar o acervo, o que se reverterá em benefício à comunidade escolar.

Ação 6358 - Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional: O não atingimento da meta física prevista ocorreu em face da maior parte do quadro de pessoal do IFRO ter sido contratada no exercício de 2010, impossibilitando a elaboração do Plano Anual de Capacitação. No entanto, algumas ações de capacitação foram realizadas de forma isolada para atender a necessidade de conhecimentos específicos para o desenvolvimento de atividades exigidas na implantação. Avalia-se que mesmo não alcançando a meta física prevista, a meta alcançada mostra-se positiva para o desempenho das atividades institucionais na fase de implantação. Salientamos que a Política de Capacitação dos Servidores do IFRO passou pela aprovação do Conselho Superior, que contempla o Programa e o Plano Anual de Capacitação, devendo ser implantada em 2011.

Ação 8650 - Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: O alcance da meta física impacta positivamente por oferecer melhores condições para o desenvolvimento da educação profissional.

Ação 2E13 - Reforma e Modernização da Infraestrutura Física das Instituições Federais da Educação Tecnológica: Embora a ação esteja prevista na LOA não foi possível executá-la, tendo em vista tratar-se de crédito de emenda parlamentar não liberado. O impacto negativo foi não possibilitar o adiantamento de parcelas das obras de execução plurianual.

Ação 4572 - Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação: O não atingimento da meta física prevista ocorreu em face da maior parte do quadro de pessoal do IFRO ter sido contratada no exercício de 2010, impossibilitando a elaboração do Plano Anual de Capacitação. No entanto, algumas ações de capacitação foram realizadas de forma isolada para atender a necessidade de conhecimentos específicos para o desenvolvimento de atividades exigidas na implantação. Avalia-se que mesmo não alcançando a meta física prevista, a meta alcançada mostra-se positiva para o desempenho das atividades institucionais na fase de implantação. Salientamos que a Política de Capacitação dos Servidores do IFRO passou pela aprovação do Conselho Superior, que contempla o Programa e o Plano Anual de Capacitação, devendo ser implantada em 2011.

3.2 Desempenho Orçamentário e Financeiro

3.2.1 Programação Orçamentária das Despesas

Tabela VII - Identificação da Unidade Orçamentária

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA	26421	158148

3.2.1.1 Programação de Despesas Correntes

Tabela VIII - Programação de Despesas Correntes (valores em R\$ 1,00)

Origem dos Créditos Orçamentários			1 - Pessoal e Encargos Sociais		2 - Juros e Encargos da Dívida		3 - Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		9.809.344	5.987.972			5.718.961	11.381.779
	PLOA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	LOA (A)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS	Suplementares (B)		1.973.343	11.140.000			16.387	1.442.586
	Especiais (C)	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários (D)	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Créditos Cancelados (F)		-3.000.000	0,00	0,00	0,00	-2.382.181	-900.000
	Outras Operações (E)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		8.782.687	17.127.972			3.353.167	11.924.365	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

3.2.1.2 Programação de Despesas de Capital

Tabela IX - Programação de Despesas de Capital (valores em R\$ 1,00)

Origem dos Créditos Orçamentários		4 - Investimentos		5 - Inversões Financeiras		6 - Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	10.363.146	19.767.120	0,00	0,00	0,00	0,00
	PLOA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	LOA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS	Suplementares	0,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Créditos Cancelados	-8.714.081	-4.784.172	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		1.649.065	15.882.948	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

3.2.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Tabela X - Quadro Resumo da Programação de Despesas (valores em R\$1,00)

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	15.528.305	17.369.751	10.363.146	19.767.120	0,00	0,00
	PLOA	12.915.618	14.549.348	330.833	4.460.002	0,00	0,00
	LOA	15.528.305	17.369.751	10.363.146	19.767.120	0,00	0,00
CRÉDITOS	Suplementares	1.989.730	12.582.586	0,00	900.000	0,00	0,00
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Créditos Cancelados	-5.382.181	-900.000	-8.714.081	-4.784.172	0,00	0,00
Outras Operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		12.135.854	29.052.337	1.649.065	15.882.948	0,00	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica da Programação Orçamentária

O montante demonstrado no quadro das despesas correntes foi aplicado na execução orçamentária com vistas à manutenção e desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica, dos *Campi*: Colorado do Oeste, Vilhena, Ji-Paraná, Ariquemes, Porto Velho e *Campus* Avançado Cacoal e Reitoria.

Na dotação proposta de despesas correntes pela UO no montante de R\$ 17.369.751,00 estão inclusas emendas constitucionais no valor total de R\$ 2.820.403,00, que não foram liberadas.

Na dotação proposta de despesas de capital pela UO no montante de R\$ 19.767.120,00 estão inclusas emendas constitucionais no valor total de R\$ 14.807.118,00, que não foram liberadas.

O crédito cancelado no valor de R\$ 900.000,00 de despesas correntes e suplementado no mesmo montante para despesas de capital ocorreu em razão das atividades pedagógicas dos *campi* Porto Velho e Vilhena terem iniciado no segundo semestre, e não no primeiro semestre como previsto, devido o atraso na entrega das obras e falta de pessoal.

Quanto ao cancelamento dos créditos na ordem de R\$ 4.784.172,00 foi efetuado pelo Ministério do Planejamento (SOF/SPO).

É importante ressaltar a impossibilidade da análise crítica no comparativo 2009/2010, considerando que na fase de implantação do Instituto Federal de Rondônia a programação orçamentária do exercício de 2009 estava dividida entre o Instituto Federal do Amazonas, com responsabilidade atribuída por meio da Portaria nº 1.070, de 13/11/2007, e o *Campus* Colorado do Oeste (Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, ex-autarquia) que teve mantida sua autonomia orçamentária e financeira. Além da falta de parâmetros de exercícios anteriores para fazer uma análise de maior fidedignidade.

No tocante às dotações propostas pela UO ressaltamos que os respectivos valores são na verdade limites pré-estabelecidos pelo Ministério do Planejamento/Secretaria de Orçamento Federal, valores estes que compõe o PLOA/LOA.

3.2.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Tabela XI - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (valores em R\$ 1,00)

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Recebidos	26101	12122106722720001	0,00	0,00	4.144,42
	Recebidos	26101	12363106263580001	0,00	0,00	135.542,65
	Recebidos	26101	12363106263800001	0,00	0,00	1.425.188,39
	Recebidos	26101	12363106286500001	0,00	0,00	191.094,73
Movimentação Externa	Recebidos	22101	20665142686060001	0,00	0,00	5.569,02
	Recebidos	41101	24128100868670001	0,00	0,00	22.177,64
	Recebidos	47101	04306075020120001	0,00	0,00	17.300,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Recebidos	26101	12363106263580001	120,00	0,00	0,00
	Recebidos	26101	12363106263800150	199.863,97	0,00	0,00
	Recebidos	26101	12363106286500001	500.000,00	0,00	0,00
Movimentação Externa	Recebidos	24101	19571047189770001	10.000,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica das Movimentações

A movimentação orçamentária recebida pelo IFRO ocorreu pela necessidade de complementação orçamentária, tendo em vista que o início das atividades do *Campus* Porto Velho (custeio/investimento) e Avançado Cacoal não estava previsto para o exercício na LOA.

Dentre as aplicações das movimentações recebidas destacam-se as principais: aquisição de equipamentos para o Laboratório de Química do *Campus* Ji-Paraná; Capacitação voltada para servidores municipais com vistas à implantação de Telecentros nos Pólos definidos no convênio, quais sejam: Ariquemes, Ji-Paraná e Colorado do Oeste; Desenvolvimento de programa de especialização concernente ao PROEJA, e Seminário na cidade de Manaus-AM; Ações educativas de implantação e de fortalecimento da agricultura orgânica voltada em nível de pequeno produtor e agricultura familiar; Construção do Centro Cultural no *Campus* Colorado do Oeste.

Houve necessidade de complementação dos créditos orçamentários referente ao auxílio-alimentação, os quais foram disponibilizados por meio da ação Auxílio-alimentação ao Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios.

3.3 Execução Orçamentária das Despesas

3.3.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

3.3.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Tabela XII - Despesas por Modalidade de Contratação de Créditos originários da UJ (valores em R\$ 1,00)

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	208.410,22	16.285,91	208.410,22	16.285,91
Concorrência	0,00	1.015.525,57	0,00	835.999,64
Pregão	863.962,46	5.575.783,23	821.124,51	5.316.342,13
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
Dispensa	646.592,65	771.608,03	646.592,65	0,00
Inexigibilidade	48.062,81	187.268,43	46.300,07	165.828,98
Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
Suprimento de Fundos	12.868,55	9.390,46	12.868,55	9.390,46
Pagamento de Pessoal	4.646,23	46.044,70	4.646,23	46.044,70
Pagamento em Folha	0,00	0,00	6.922.784,55	17.861.600,87
Diárias	151.974,32	99.957,85	151.974,32	99.957,85
Outros	168.940,38	515.663,85	163.416,15	511.069,91

Fonte: SIAFI GERENCIAL

6 - Amortização da Dívida								
1º elemento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros elementos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica da Execução Orçamentária

Na execução orçamentária do exercício de 2010, foram realizadas apenas alterações nos créditos das despesas correntes para as despesas de capital, no montante de R\$ 900.000,00, visando à aquisição de equipamentos/material permanente para atender os *campi* Vilhena e Ji-Paraná.

Avalia-se como fatores positivos a racionalização dos créditos, possibilitando a alteração, a avaliação da possibilidade de alteração e o atendimento pelo órgão competente em tempo hábil, resultando numa maior eficiência na aplicação dos referidos créditos.

E como fator negativo interno a reduzida força de trabalho para promover a execução do orçamento anual e a inadequação estrutural do ambiente de trabalho na fase inicial.

3.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

3.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Tabela XV - Despesas por Modalidade de Contratação de Créditos Recebidos por Movimentação (R\$ 1,00)

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	503.684,02	0,00	503.684,02	0,00
Concorrência	0,00	929.375,47	0,00	929.375,43
Pregão	716.394,45	560.820,89	618.054,51	550.416,09
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
Dispensa	924.324,86	66.983,63	849.535,36	57.496,12
Inexigibilidade	28.229,42	14.875,83	28.229,42	14.875,83
Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
Suprimento de Fundos	0,00	6.416,07	0,00	6.416,07
Pagamento de Pessoal	9.979,20	1.675,00	9.979,20	1.675,00
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	17.293,87
Diárias	12.426,38	483.197,92	9.771,38	483.197,92
Outros	148.306,94	615.194,65	137.795,30	614.534,65

Fonte: SIAFI GERENCIAL

5 - Inversões Financeiras								
61	453.000,00	0,00	453.000,00	0,00	0,00	0,00	453.000,00	0,00
2º elemento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros elementos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros elementos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica

Os créditos recebidos por movimentação tiveram por finalidade principal subsidiar a implantação e reestruturação das Unidades do IFRO, tanto na execução de obras quanto na aquisição de equipamentos/mobiliários bem no atendimento de despesas correntes ou no desenvolvimento de projetos.

3.3 Indicadores Institucionais

A metodologia aplicada nos cálculos dos principais indicadores levou em consideração as sugestões constantes do Acórdão nº 2267/2005 do TCU com vistas à aferição dos produtos, serviços e resultados atingidos pela Gestão:

1. Relação Candidato / Vaga – O objetivo desse indicador é medir a demanda dos cursos ofertados à comunidade.

Fórmula de cálculo:
$$\frac{\text{Inscrições}}{\text{Vagas}} = \frac{3.750}{1.395} = 2,69$$

2. Relação de Ingressos / Alunos Matriculados – O objetivo deste indicador é medir o quantitativo de alunos ingressos em relação aos alunos matriculados.

Fórmula de cálculo:
$$\frac{\text{Relação de Ingressos}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100 = \frac{1.265}{2.919} \times 100 = 43,34\%$$

3. Relação de Concluintes / Alunos – O objetivo deste indicador é comparar o quantitativo de alunos concluintes em relação ao total de alunos.

Fórmula de cálculo:
$$\frac{\text{Número de Concluintes (manhã, tarde, noite e integral)}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100 =$$

$$\frac{152}{2.919} \times 100 = 5,21\%$$

4. Índice de Eficiência Acadêmica / Concluintes – O objetivo deste indicador é comparar a eficiência acadêmica dos alunos/Instituição.

Fórmula de cálculo:
$$\frac{\text{Número de Concluintes}}{\text{Número de Ingressos}} \times 100 = \frac{152}{1.265} \times 100 = 12,02\%$$

5. Índice de Retenção do Fluxo Escolar – O objetivo deste indicador é quantificar a taxa de retenção do fluxo escolar em relação ao total de alunos.

Fórmula de cálculo:
$$\frac{\text{Número de Alunos Retidos (reprovação + trancamento)}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100 =$$

$$\frac{116}{2.919} \times 100 = 3,97\%$$

6. Relação Alunos / Docente em Tempo Integral – O objetivo deste indicador é quantificar o número de alunos por docente em tempo integral.

Fórmula de cálculo:
$$\frac{\text{Número de Alunos Matriculados}}{\text{Docentes}} = \frac{2.919}{169} = 17,48$$

Número de Docentes 167

7. Índice de Titulação do Corpo Docente – O objetivo deste indicador é quantificar o índice de titulação do corpo docente.

A titulação do corpo docente é dividida em cinco subgrupos: graduado, aperfeiçoado, especialista, mestre e doutor.

$$\text{Fórmula de cálculo: } \frac{G*1+A*2+E*3+M*4+D*5}{G+A+E+M+D} = \frac{32*1+2*2+64*3+55*4+14*5}{32+2+64+55+14} = 3,10$$

8. Gastos Correntes por Aluno – O objetivo deste indicador é medir o custo por aluno, por região e para o País.

$$\text{Fórmula de cálculo: Gastos Correntes por Aluno} = \frac{\text{Total de Gastos}}{\text{Alunos Matriculados}}$$

$$\frac{23.004.415,20}{2.919} = 7.880,92$$

9. Percentual de Gastos com Pessoal – O objetivo deste indicador é medir o gasto total com pessoal em relação aos gastos totais.

$$\text{Fórmula de cálculo: Percentual de Gastos com Pessoal} = \frac{\text{Total de Gastos com Pessoal}}{\text{Gastos Totais}} \times 100 =$$

$$\frac{16.445.540,66}{26.123.341,27} \times 100 = 62,95\%$$

10. Percentual de Gastos com Outros Custeios (exclusive benefícios) – O objetivo deste indicador é quantificar o percentual de gastos com outros custeios em relação aos gastos totais.

$$\text{Fórmula de cálculo: } \frac{\text{Total de Gastos com Outros Custeios}}{\text{Gastos Totais}} \times 100 = \frac{22.476.319,37}{26.123.341,27} \times 100 = 86,04\%$$

11. Percentual de Gastos com Investimentos (em relação aos gastos totais) – O objetivo deste indicador é medir os gastos com investimentos e inversões financeiras em relação aos gastos totais.

$$\text{Fórmula de cálculo: } \frac{\text{Total de Gastos com Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras}}{\text{Gastos Totais}}$$

$$\frac{2.480.120,57}{26.123.341,27} = 9,49\%$$

3.4 Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

3.4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Tabela XVIII - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores (valores em R\$ 1,00)

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados até dez 2010	Pagamentos acumulados até dez 2010	Saldo a pagar em 31/12/2010
Dez 2009	50.124,92	-5.524,23	44.600,69	0,00
Dez 2008	1.359,16	0,00	0,00	1.359,16
Dez 2007	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados até dez 2010	Pagamentos acumulados até dez 2010	Saldo a pagar em 31/12/2010
2009	643.036,50	-44.714,99	521.667,15	76.654,36
2008	19.462,82	-396,00	1.025,66	18.041,21
2007	29.465,88	-27.127,53	800,00	1.538,35
Observações: RP não Processados Reinscritos em 2007 e 2008 (Montante inscritos)				

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise da Gestão de RP

Avalia-se que houve uma evolução estratégica positiva na gestão de RP considerando que do montante escrito em 2009 até 31/12/2010, foi pago o montante de 81,13% .

Como circunstância para permanência de RP por mais de um exercício financeiro cita-se a dificuldade nos trâmites de retirada de empenho e entrega de bens adquiridos.

Todos os saldos de RP de exercícios anteriores a 2009 constantes do SIAFI tiveram sua vigência prorrogada por decreto.

Evento negativo que prejudicou a gestão de RP, tem-se a dificuldade em receber veículo adquirido para o *Campus Ji-Paraná*.

3.5 Recursos Humanos da Unidade

3.5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

Tabela XIX - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos		Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
		Autorizada	Efetiva		
1	Provimento de cargo efetivo	282	351	196	18
1.1	Membros de poder e agentes políticos				
1.2	Servidores de Carreira	282	349	196	18
1.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	282	340	196	18
1.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3	Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4	Servidor requisitado de outros órgãos e esferas		05	02	02
1.3	Servidores com Contratos Temporários		02		
1.4	Servidores Cedidos ou em Licença	01	02	01	01
1.4.1	Cedidos	01	01	01	
1.4.2	Removidos				
1.4.3	Licença remunerada		04		
1.4.4	Licença não remunerada		01		
2	Provimento de cargo em comissão		05	03	04
2.1	Cargos Natureza Especial				
2.2	Grupo Direção e Assessoramento superior		40	19	07

2.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão		28	12	
2.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado		01	01	
2.2.3	Servidor de outros órgãos e esferas		05	02	02
2.2.4	Sem vínculo		05	03	04
2.2.5	Aposentado		01	01	
2.3	Funções gratificadas		77	59	22
2.3.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão		77	59	22
2.3.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3	Servidor de outros órgãos e esferas				
Total		282	356	199	22

Fonte: SIAPE

Tabela XX - Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provedimento de cargo efetivo	119	134	78	20	05
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	117	132	70	20	04
1.3. Servidores com Contratos Temporários	02				
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença		02	03		01
2. Provedimento de cargo em comissão		03		01	01
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		03		01	01
2.3. Funções gratificadas					

Fonte: SIAPE

Tabela XXI - Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo			02	09	64	84	124	57	11
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira			02	09	64	80	123	53	11
1.3. Servidores com Contratos Temporários						02			
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença						02	01	04	
2. Provedimento de cargo em comissão						04	01		
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						04	01		
2.3. Funções gratificadas									

LEGENDA**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau, ensino médio ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado (inclui PhD, Livre Docência e Pós Doutorado); 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

3.5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas**Tabela XXII - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010**

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	08	03
1.1 Voluntária	08	03
1.2 Compulsório		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		

2 Proporcional	04	
2.1 Voluntária	03	
2.2 Compulsório	01	
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		

Fonte: SIAPE

Tabela XXIII - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	01	
2. Proporcional		

Fonte: SIAPE

3.5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Tabela XXIV - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
Área Fim					
Área Meio					
Nível Médio			02		2.525,26
Área Fim					
Área Meio			02		2.525,26

Fonte: SIAPE

3.5.4 Quadro de custos de recursos humanos

Tabela XXV - Quadro de Custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010 (em R\$ 1,00)								
Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008								
2009								
2010								
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	1.126.174,48		281.873,10	187.023,04	81.140,46	20.893,84	343.776,69	2.020.881,61
2009	1.275.122,19		263.827,83	194.406,10	115.212,65	40.497,69	675.772,35	2.564.838,81
2010	2.851.280,22		771.119,90	357.666,51	320.797,29	131.262,07	2.209.444,96	6.639.179,98
Servidores com Contratos Temporários								
2008	46.376,70		4.010,95	1.985,84	848,62			53.222,11
2009	100.346,04		7.882,12	25.513,91	4.650,39			138.392,46
2010	76.894,44		8.317,27	8.361,07	4.645,98			98.218,76
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	77.489,81		24.016,48	5.388,40		1.455,00	41.172,84	149.522,53
2009	311.736,35		68.897,40	36.846,22	3.134,31	12.360,00	275.211,26	708.185,54
2010	182.209,69		53.607,34	15.787,77		5.404,00	214.835,91	471.844,71
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008								
2009								
2010								
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	136.941,77	296.909,12	56.173,58	31.971,43	9.967,50	3.339,00	51.960,94	587.263,34
2009	148.657,87	302.729,51	62.706,68	37.585,28	32.741,04	13.675,00	56.230,43	654.325,81
2010	570.248,08	1.352.370,06	358.547,52	107.177,75	303.183,11	45.528,00	366.244,61	3.113.299,13
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	472.157,05	90.816,15	105.192,58	62.006,62	38.253,40	4.963,00	68.362,55	841.751,35
2009	574.754,87	109.744,63	130.992,44	101.123,70	60.236,10	17.925,00	141.850,48	1.136.627,22
2010	1.302.725,46	312.711,10	297.412,26	120.194,58	156.217,66	71.349,21	375.079,34	2.635.689,61

Fonte: SIAPE e SCDP

3.5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva e os contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra encontram-se discriminados nos Anexos I e II do presente relatório.

Tabela XXVI - Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
022/2009	1	09	Campus Ji-Paraná
022/2009	2	01	Campus Ji-Paraná
022/2009	7	15	Campus Ji-Paraná
022/2009	9	01	Campus Ji-Paraná
027/2009	1	09	Campus Avançado Cacoal
027/2009	2	01	Campus Avançado Cacoal
027/2009	7	09	Campus Avançado Cacoal
027/2009	9	01	Campus Avançado Cacoal
028/2009	1	15	Campus Ariquemes
028/2009	2	01	Campus Ariquemes
028/2009	3	08	Campus Ariquemes
028/2009	7	06	Campus Ariquemes
028/2009	9	02	Campus Ariquemes
009/2010	1	09	Campus Porto Velho
009/2010	2	01	Campus Porto Velho
009/2010	7	05	Campus Porto Velho
009/2010	9	01	Campus Porto Velho
009/2010	1	07	Campus Vilhena
009/2010	2	01	Campus Vilhena
009/2010	7	08	Campus Vilhena
009/2010	9	01	Campus Vilhena
009/2007	8	04	Campus Colorado do Oeste
026/2009	7	20	Campus Colorado do Oeste
006/2009	1	04	Campus Colorado do Oeste
010/2010	3	08	Campus Colorado do Oeste
LEGENDA			
Área:			
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;		5. Serviços de Brigada de Incêndio;	
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;		6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;	
3. Serviços de Copa e Cozinha;		7. Higiene e Limpeza;	
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;		8. Vigilância Ostensiva;	
		9. Outras.	

Fonte: PROPLAD/CAMPI - IFRO

3.5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Considerando que o IFRO está em fase de implantação e a Diretoria de Gestão de Pessoas em fase de estruturação não foram desenvolvidos, no exercício de 2010, indicadores para área de pessoal para gerenciamento de Recursos Humanos.

No entanto, sendo o IFRO autarquia vinculada ao Ministério da Educação e considerando que em nível ministerial encontra-se em estudo a viabilidade de se implantar uma sistemática

unificada para suas unidades estruturarem o desenvolvimento de seus indicadores de gestão, possibilitando à área de Gestão de Pessoas do IFRO dispor de informações quanto a esses indicadores para os próximos exercícios.

3.6 Declaração sobre Registro de Contratos e Convênios

Tabela XXVII – Declaração da área de Contratos e Convênios

DECLARAÇÃO DOS REGISTROS ATUALIZADOS DOS SISTEMAS SIASG E SICONV			
DECLARAÇÃO			
Denominação completa (UJ)			Código da Gestão
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia			26421
Declaro para os devidos fins que as informações referentes aos Contratos firmados, encontram-se parcialmente disponíveis e atualizados no Sistema de Administração e Serviços Gerais – SIASG. Ressalto que na Gestão do exercício de 2010, sob a responsabilidade do Gestor de Contratos da Reitoria não há registro de nenhum convênio em vigência. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Porto Velho – RO	Data	28/03/2011
Suan Couto de Almeida Gestor de Contratos da Reitoria			

(original assinado no IFRO)

3.7 Entrega e Tratamento das Declarações de Bens e Rendas

Os servidores pertencentes ao quadro de pessoal do IFRO encontram-se em dia com o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/93, no que se refere à entrega e ao tratamento das declarações.

3.8 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental e Separação de Resíduos Recicláveis

3.8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Tabela XXVIII - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental Licitações Sustentáveis	Avaliação				
	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. - Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? _____	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. - Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? _____	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). - Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Houve redução no consumo de água / energia elétrica.				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). - Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? _____	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. - Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Todos os veículos automotores (automóveis) são do tipo flex.					X
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). - Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? _____	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. - Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Palestras, folders e comunicações oficiais nos Campi/Reitoria.				X	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. - Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? Palestras, folders e comunicações oficiais nos <i>Campi</i> /Reitoria.				X	
Considerações Gerais: A análise dos quesitos foi realizada por uma comissão mediante consulta às chefias estratégicas.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

3.9 Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da UJ

3.9.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Tabela XXIX – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Porto Velho	1	2
	Ariquemes	1	1
	Vilhena	1	1
	Colorado do Oeste	2	2
Total Brasil		5	6

Fonte: REITORIA/IFRO

Tabela XXX – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Porto Velho	1	1
Total Brasil		1	1

Fonte: REITORIA/IFRO

Tabela XXXI – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União Sob Responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
158345		12						
158532		12	3				199,00	

158343		12	7				3.079,68	702,00
158376		12	2				37.871,40	79.079,10
158342		12	1					
158533		12	5				5.409,33	595,99
158341	0023000 60500-9	21	3		29/09/2005	8.243.225,20	74.544,17	28.929,17
Total							121.103,58	109.306,26

Fonte: REITORIA/PROPLAD e SIAFI OPERACIONAL

Legenda:

Regime:

- | | |
|------------------------------------|------------------------------------|
| 1 – Aquicultura | 12 – Em regularização – Outros |
| 2 – Arrendamento | 13 – Entrega – Adm. Federal Direta |
| 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta | 14 – Esbulhado (Invadido) |
| 4 – Cessão – Outros | 15 – Imóvel Funcional |
| 5 – Cessão – Prefeitura e Estados | 16 – Irregular – Cessão |
| 6 – Cessão Onerosa | 17 – Irregular – Entrega |
| 7 – Comodato | 18 – Irregular – Outros |
| 8 – Disponível para Alienação | 20 – Locação para Terceiros |
| 9 – Em processo de Alienação | 21 – Uso em Serviço Público |
| 10 – Em regularização – Cessão | 22 – Usufruto Indígena |
| 11 – Em regularização – Entrega | 23 – Vago para Uso |

Estado de Conservação:

- | | |
|---------------|---------------------------------|
| 1 – Novo | 5 – Reparos Importantes |
| 2 – Muito Bom | 6 – Ruim |
| 3 – Bom | 7 – Muito Ruim (valor residual) |
| 4 – Regular | 8 – Sem Valor |

Análise Crítica

Área em Porto Velho para a Construção do *Campus* - A Prefeitura, através da Lei nº 1.778, de 16 de abril de 2008, que dispõe sobre a autorização legislativa para a doação da área e do Decreto nº. 10.978, de 23 de abril de 2008, doa gratuitamente à Escola Técnica Federal de Rondônia, para fins de construção de sua sede, área de terra urbana pertencente a categoria de bens dominiais, com as seguintes descrições: área de terra urbana localizada no município de Porto Velho na Av. Calama, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, Distrito 01, Zona 01, Setor 11, Quadra 169, lote 0994; limitando-se ao Norte, com o igarapé da Penal; ao Sul com a Av. Calama; a Leste, com o canal da Penal; a Oeste, com a rua Apolo e Canal da Penal, medindo de frente 314,00m; de fundos 332,69m; lado direito 170,00m e lado esquerdo 166,74m + 127,21m com perímetro de 1.110,64 e área total de 68.677,00 m². Matriculado sob o número 18548, no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Velho.

Na área foi constatada a existência de posseiros e a EMDUR tomou providências junto ao Poder Judiciário Estadual, com pedido de reintegração de posse a seu favor. Atualmente encontra-se em curso o processo de transferência do terreno da EMDUR para o IFRO.

Ji-Paraná, área construída, bens imóveis – Em 19 de maio de 2008, foi assinado o Termo de Compromisso celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, Secretaria de Educação do Estado de Rondônia e a então Escola Técnica Federal de Rondônia-ETF-RO com fins específicos para assumirem o compromisso de mútua e ampla colaboração e implementarem ações somando e convergindo esforços, mobilizando recursos, agentes e trabalhos, com vistas a dar viabilidade e continuidade às ações previstas no Convênio nº 046/2001 – Centro de Educação Profissional Sílvia Gonçalves de Farias.

Consta do referido Termo de Compromisso obrigatoriedade das partes, a saber:

FNDE: disponibilizar a Escola Técnica Federal de Rondônia toda a documentação relativa ao projeto existente, apresentado pela SEDUC/RO, integrante do Convênio nº 046/2001, para conhecimento;

SEDUC: a) encaminhar ao FNDE, caso não tenha sido previamente apresentada, toda a documentação necessária à prestação de contas dos recursos recebidos, nos termos dispostos no artigo 28 da IN/STN nº 01/97;

b) restituir ao FNDE os saldos financeiros remanescentes, inclusive aqueles oriundos das aplicações financeiras realizadas, nos termos do que dispõe o parágrafo 6º, do artigo 21 da IN/STN nº 01/97;

c) restituir ao FNDE o valor correspondente aos rendimentos da aplicação dos recursos do convênio no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre o crédito dos recursos em conta bancária e a sua efetiva utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito a aplicação financeira;

d) entregar à ETF-RO, se for o caso, licença ambiental prévia, em conformidade com o previsto na Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986, do CONAMA e no inciso III-A do artigo 2º da IN/STN nº 01/97, cabendo a esta a responsabilidade pelo cumprimento da legislação ambiental;

e) entregar à ETF-RO os registros contábeis específicos para acompanhamento e controle do fluxo de recursos recebidos à conta do convênio, destacando a receita, as despesas realizadas, as aplicações financeiras e os respectivos rendimentos;

f) entregar à ETF-RO toda a documentação pertinente ao convênio, em boa ordem, para compor seu banco de dados e ficarem disponíveis, ao FNDE e aos órgãos de controle externo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação ou tomada de contas, do gestor do órgão ou entidade concedente, relativas ao exercício da concessão;

g) deixar o imóvel apto, livre de impedimento ou restrição seja de natureza tributária ou qualquer outra, à sua transferência, bem como proceder a doação do mesmo à ETF-RO, com todas as despesas cartoriais pagas, e transferindo-lhe, também, todos os equipamentos adquiridos com recursos do referido convênio, devidamente patrimoniados e lançados no Sistema AFFINET do PROEP, após levantamento, por meio de uma equipe formada de técnicos do PROEP/SEDUC-RO/ETF-RO.

ETF-RO: dar continuidade às ações previstas no projeto apresentado, nos termos do Convênio nº 046/2001 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA - RO.

Doação – Em 05 de junho de 2008, o governo do Estado de Rondônia através da Lei nº 1908, publicada no Diário Oficial nº 1.012 do dia 09 de junho de 2008, transfere para a Escola Técnica Federal de Rondônia mediante doação, as edificações do imóvel pertencente ao governo do Estado de Rondônia, cujo terreno acha-se inscrito no Livro 2, ficha 001, matrícula 6.777 registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Ji-Paraná.

3.10 Gestão de Tecnologia a Informação da UJ

3.10.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Tabela XXXII - Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	X				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	8				

5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	X				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	90%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		X			
Considerações Gerais: Itens 2 e 3 - Não houve planejamento estratégico tampouco criação de comitê para área de TI devido à formação de corpo de pessoal para as equipes de TI somente no meio de 2010. A própria implantação do IFRO e suas demandas cotidianas não permitiam tal nível de planejamento. Item 6 - Devido a equipe pequena de servidores tanto na Reitoria quanto nos <i>campi</i>, não há possibilidade de definir funções e atividades exclusivas. Dessa forma todos acabam "fazendo tudo" relacionado à TI. Item 7 - Devido a complexidade de desenvolvimento de uma política de segurança da informação (avaliação, levantamento de todos os ativos, divulgação e treinamento da política), a falta de pessoal em todas as áreas do IFRO não permitiram dedicação de uma comissão mista para desenvolvimento de tal política. Esta política faz parte do planejamento 2011/2012. Item 9 - Devido a maioria dos sistemas utilizados pelo IFRO são de projetos nacionais e/ou utilizados através de termos de cooperação técnica. Não houve ainda demanda de definição de metodologia de produção. Item 13 - Os contratos relacionados à TI são geridos pelo setor que realiza a gestão de todos os contratos do IFRO. As considerações aqui apresentadas foram respondidas pela Equipe da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação em conjunto com os Pró-Reitores de Desenvolvimento Institucional e Planejamento e Administração.					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

3.11 Cartões de Pagamento do Governo Federal

Tabela XXXIII - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Código da UG1: 158148		Limite de utilização da UG: 12.000,00		
Portador	CPF	Limite	Valor	Total

		individual	Saque	Fatura	
Leiliane Borges Saraiva	632.653.972-20	2.400,00	-	439,78	439,78
Varlei Gomes de Oliveira	891.492.202-25	2.400,00	-	2.284,52	2.284,52
Maria Aparecida Boaventura	419.237.742-04	2.400,00	-	1.311,00	1.311,00
Wanda Mª Ferreira Gonçalves	816.905.501-63	2.400,00	-	0,00	-
Juliano Cristhian Silva	617.172.662-15	2.400,00	-	0,00	-
Total utilizado pela UG		4.035,30	-		
Código da UG2 : 158341		Limite de utilização da UG: 20.000,00			
Portador	CPF	Limite individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Romualdo de Oliveira	318.208.591-34	5.000,00	-	2.769,42	2.769,42
Rudiner Vez de Oliveira	400.360.142-49	5.000,00	-	7.558,50	7.558,50
Maria Rosa Santos Silva Braga	469.274.252-68	5.000,00	-	1.443,31	1.443,31
Braz Manzoli	292.837.792-15	5.000,00	-	0,00	0,00
Total utilizado pela UG		11.771,23	-		
Total utilizado pela UJ		15.806,53			

Fonte: SIAFI OPERACIONAL

Tabela XXXIV - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (série histórica)

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	Valor (a)	Quantidade	Valor (b)	(a+b)
2008	-	-	-	-	-
2009	-	-	23	13.114,39	13.114,39
2010	-	-	16	11.771,23	11.771,23

4. RESULTADOS E CONCLUSÕES

A leitura atenta do presente relatório demonstra o hercúleo esforço, dedicação e competência de toda a equipe de servidores não só em superar os óbices mencionados, mas também em executar plena, eficiente e eficazmente as ações demandadas para o exercício. Trata-se de mais uma etapa vencida com êxito, extremamente necessária para o processo de implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia que caminha a passos largos no cumprimento de seu papel estratégico para o desenvolvimento do Estado de Rondônia. Sua estrutura multicampi, presente hoje em 06 municípios, cuja oferta de cursos está em sintonia com os arranjos produtivos locais, com organização pedagógica verticalizada que vai da educação básica a superior, além do seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e a inclusão social, através da excelência do ensino, da pesquisa e da extensão, evidenciam a relevância de nossa Instituição para a ampliação de oportunidades aos jovens e trabalhadores que anseiam por uma educação pública, de qualidade, com formação humana, cidadã, científica, profissional e tecnológica capaz de inseri-los no mundo do trabalho cada vez mais diverso, competitivo e exigente.

5. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

5.1 Declaração com ressalva do contador responsável pela unidade jurisdicionada

Tabela XXXV - Declaração com Ressalva

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ)	Código da Gestão
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia	26421

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, conforme inclusão e consolidação das declarações dos contadores dos campi, **EXCETO** no tocante a:

a) Os saldos apresentados no ativo permanente referente ao bens móveis e imóveis não expressam com a realidade nas UG 158148 (Reitoria), UG 158376 (*Campus Ji-Paraná*) e UG 158341 (*Campus Colorado Oeste*), devido estar em processo de transferência desses bens das antigas unidades gestoras para a nova estrutura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

b) Os saldos contábeis referente ao estoques de material de consumo em almoxarifado na UG 158341 (*Campus Colorado Oeste*) UG 158148 (Reitoria) e UG 158376 (*Campus Ji-Paraná*), não expressam com a realidade, devida a falta de controle informatizado e eficiente que efetue e controle a avaliação patrimonial pelo preço médio ponderado conforme determina a Lei 4.320/64 em seu artigo 106, inciso III.

c) Devido a não conclusão até o momento do inventário patrimonial anual da UG 158341 (*Campus Colorado Oeste*), a análise dos saldos contábeis com os valores físico torna-se prejudicada impossibilitando a manifestação, e quanto a UG 158148 (Reitoria) e UG 158376 (*Campus Ji-Paraná*) não representam os saldos físicos com os contábeis.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Porto Velho/Rondônia	Data	28 de Março de 2011
Contador Responsável	Welber de Carvalho Batista	CRC nº	MT 011646/0-3

(original assinado no IFRO)

Porto Velho-RO, 31 de março de 2011.

RAIMUNDO VICENTE JIMENEZ

Reitor

(original assinado no IFRO)

ANEXOS

ANEXO I – Estrutura Organizacional do IFRO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CONSELHO SUPERIOR**

RESOLUÇÃO Nº 048, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2010

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008, publicada no D.O.U. de 30/12/2009 e em conformidade com o disposto no Estatuto,

Considerando a apreciação e consulta feita ao Colégio de Dirigentes na reunião ocorrida nas datas de 01 e 02/12/2010, RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, *ad referendum* do Conselho Superior, a Estrutura Organizacional do *Campus* Porto Velho e do *Campus* Colorado do Oeste e a reformulação na Estrutura Organizacional aprovada pela Resolução/CONSUP/IFRO nº 29/2010.

Art. 2º A Nova Estrutura Organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia consta do Anexo I da presente Resolução.

Art. 3º Fica revogada a Resolução/CONSUP/IFRO nº 29, de 21 de julho de 2010, aprovada pelo Conselho Superior do Instituto Federal de Rondônia.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAIMUNDO VICENTE JIMENEZ
Presidente do Conselho Superior
do Instituto Federal de Rondônia

Anexo I – Resolução nº 48/CONSUP, de 07 de dezembro de 2010.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO IFRO

ESTRUTURA REITORIA

1. Conselho Superior - CONSUP
2. **Reitor (CD-1)**
 - 2.1. Assessoria Especial (CD-4)
 - 2.2. Chefia de Gabinete (CD-4)
 - 2.3. Colégio de Dirigentes
 - 2.4. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
 - 2.5. Comissão de Ética
 - 2.6. Comissão Permanente de Avaliação - CPA
 - 2.7. Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD
 - 2.8. Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - CIS/PCCTAE
 - 2.9. Ouvidoria
 - 2.10. Comissão Permanente de Exames – COPEX (FG-1)
 - 2.11. Auditoria Interna (FG-1)
 - 2.12. Procuradoria Jurídica (CD-4)
 - 2.13. Assessoria de Comunicação e Eventos (FG-1)
 - 2.14. Assessoria de Relações Internacionais
 - 2.15. **Pró-Reitoria de Ensino (CD-2)**
 - 2.15.1. Diretoria de Desenvolvimento do Ensino (CD-4)
 - 2.15.1.1. Coordenação do Ensino Técnico (FG-2)
 - 2.15.1.2. Coordenação de Ensino Graduação (FG-2)
 - 2.15.2. Diretoria de Educação a Distância (CD-4)
 - 2.15.2.1. Coordenação de Tecnologia Educacional
 - 2.15.2.2. Coordenação de Desenvolvimento Pedagógico
 - 2.15.2.3. Coordenação de Desenvolvimento e Suporte
 - 2.15.3. Diretoria de Assuntos Estudantis (CD-4)
 - 2.15.3.1. Coordenação-Geral de Registros Acadêmicos (FG-1)
 - 2.15.3.2. Coordenação de Assistência Estudantil
 - 2.16. **Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (CD-2)**
 - 2.16.1. Coordenação de Pesquisa e Inovação (FG-1)
 - 2.16.2. Coordenação de Pós-Graduação (FG-2)
 - 2.16.3. Coordenação do Núcleo de Inovação Tecnológica
 - 2.17. **Pró-Reitoria de Extensão (CD-2)**
 - 2.17.1. Coordenação de Integração Ensino e Sociedade (FG-2)
 - 2.17.2. Coordenação de Programas, Projetos e Ações de Extensão (FG-1)
 - 2.17.3. Coordenação de Educação Inclusiva
 - 2.18. **Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (CD-2)**
 - 2.18.1. Diretoria de Administração (CD-3)
 - 2.18.1.1. Coordenação Geral de Administração e Manutenção (FG-1)

- 2.18.1.2. Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado (FG-2)
- 2.18.1.3. Coordenação de Contratos e Convênios (FG-2)
- 2.18.1.4. Coordenação de Compras e Licitações (FG-2)
- 2.18.1.5. Coordenação de Finanças (FG-2)
- 2.18.2. Diretoria de Planejamento e Orçamento (CD-4)
- 2.18.3. Diretoria de Engenharia e Infraestrutura (CD-3)
 - 2.18.3.1. Coordenação de Projetos
 - 2.18.3.2. Coordenação de Execução e Fiscalização
- 2.19. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (CD-2)**
 - 2.19.1. Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação (CD-3)
 - 2.19.1.1. Coordenação de Suporte a Redes
 - 2.19.1.2. Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas
 - 2.19.2. Pesquisador Institucional (FG-1)
- 2.20. Diretoria de Gestão de Pessoas (CD-3)**
 - 2.20.1. Coordenação de Pagamento de Pessoal (FG-2)
 - 2.20.2. Coordenação de Seleção, Cadastro e Aposentadoria (FG-2)
 - 2.20.3. Coordenação de Desenvolvimento Humano e Social (FG-2)

ESTRUTURA CAMPUS AVANÇADO CACOAL

- 1. Diretor (CD-3)
 - 1.1. Coordenação Geral de Ensino (FG-1)
 - 1.1.1. Coordenação de Apoio ao Ensino e Assistência ao Educando (FG-2)
 - 1.2. Coordenação Geral de Planejamento e Administração (FG-1)
 - 1.2.1. Coordenação de Serviços Gerais (FG-2)

ESTRUTURA CAMPUS AVANÇADO PORTO VELHO

- 1. Diretor (CD-4)
 - 1.1. Coordenação Geral de Ensino (FG-1)
 - 1.1.1. Coordenação de Apoio ao Ensino e Assistência ao Educando (FG-2)
 - 1.2. Coordenação Geral de Planejamento e Administração (FG-1)
 - 1.2.1. Coordenação de Serviços Gerais (FG-2)

ESTRUTURA CAMPUS VILHENA

- 1. Diretor-Geral (CD-2)
 - 1.1. Chefia de Gabinete (FG-2)
 - 1.2. Conselho Escolar
 - 1.3. Coordenação de Comunicação e Eventos
 - 1.4. Coordenação de Avaliação e Controle Interno
 - 1.5. Coordenação de Gestão de Pessoas (FG-1)
 - 1.6. Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação (FG-2)
 - 1.7. Diretoria de Ensino (CD-4)
 - 1.7.1. Coordenação de Apoio ao Ensino (FG-1)
 - 1.7.2. Coordenação de Assistência ao Educando (FG-2)
 - 1.7.3. Coordenação de Registros Acadêmicos (FG-2)
 - 1.7.4. Coordenação de Biblioteca
 - 1.8. Departamento de Extensão (FG-1)

- 1.8.1. Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade
- 1.8.2. Coordenação de Formação Inicial e Continuada
- 1.9. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (FG-1)
 - 1.9.1. Coordenação de Pesquisa e Inovação
 - 1.9.2. Coordenação de Pós-Graduação
- 1.10. Diretoria de Planejamento e Administração (CD-4)
 - 1.10.1. Coordenação de Orçamento e Finanças
 - 1.10.2. Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado (FG-2)
 - 1.10.3. Coordenação de Serviços Gerais (FG-2)
 - 1.10.4. Coordenação de Compras e Licitações

ESTRUTURA CAMPUS JI-PARANÁ

- 1. Diretor-Geral (CD-2)
 - 1.1. Chefia de Gabinete (FG-2)
 - 1.2. Conselho Escolar
 - 1.3. Coordenação de Comunicação e Eventos
 - 1.4. Coordenação de Avaliação e Controle Interno
 - 1.5. Coordenação de Gestão de Pessoas (FG-1)
 - 1.6. Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação (FG-2)
 - 1.7. Diretoria de Ensino (CD-3)
 - 1.7.1. Coordenação de Apoio ao Ensino (FG-1)
 - 1.7.2. Coordenação de Assistência ao Educando (FG-2)
 - 1.7.3. Coordenação de Registros Acadêmicos (FG-2)
 - 1.7.4. Coordenação de Biblioteca
 - 1.8. Departamento de Extensão (CD-4)
 - 1.8.1. Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade
 - 1.8.2. Coordenação de Formação Inicial e Continuada
 - 1.9. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (FG-1)
 - 1.9.1. Coordenação de Pesquisa e Inovação
 - 1.9.2. Coordenação de Pós-Graduação
 - 1.10. Diretoria de Planejamento e Administração (CD-4)
 - 1.10.1. Coordenação de Orçamento e Finanças (FG-1)
 - 1.10.2. Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado (FG-2)
 - 1.10.3. Coordenação de Serviços Gerais (FG-2)
 - 1.10.4. Coordenação de Compras e Licitações

ESTRUTURA CAMPUS ARIQUEMES

- 1. Diretor-Geral (CD-2)
 - 1.1. Chefia de Gabinete (FG-2)
 - 1.2. Conselho Escolar
 - 1.3. Coordenação de Comunicação e Eventos
 - 1.4. Coordenação de Avaliação e Controle Interno
 - 1.5. Coordenação de Gestão de Pessoas (FG-1)
 - 1.6. Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação (FG-2)
 - 1.7. Diretoria de Ensino (CD-4)
 - 1.7.1. Departamento de Produção (FG-1)

- 1.7.1.1. Coordenação de Produção Animal
- 1.7.1.2. Coordenação de Produção Vegetal
- 1.7.1.3. Coordenação de Processamento de Produtos Vegetais e Animais
- 1.7.2. Coordenação de Apoio ao Ensino (FG-1)
- 1.7.3. Coordenação de Assistência ao Educando (FG-2)
- 1.7.4. Coordenação de Registros Acadêmicos (FG-2)
- 1.7.5. Coordenação de Biblioteca
- 1.8. Departamento de Extensão (FG-1)
 - 1.8.1. Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade
 - 1.8.2. Coordenação de Formação Inicial e Continuada
- 1.9. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (FG-1)
 - 1.9.1. Coordenação de Pesquisa e Inovação
 - 1.9.2. Coordenação de Pós-Graduação
- 1.10. Diretoria de Planejamento e Administração (CD-4)
 - 1.10.1. Coordenação de Orçamento e Finanças
 - 1.10.2. Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado (FG-2)
 - 1.10.3. Coordenação de Serviços Gerais (FG-2)
 - 1.10.4. Coordenação de Compras e Licitações

ESTRUTURA CAMPUS PORTO VELHO

- 1. Diretor-Geral (CD-2)
 - 1.1. Chefia de Gabinete (FG-2)
 - 1.2. Conselho Escolar
 - 1.3. Coordenação de Comunicação e Eventos
 - 1.4. Coordenação de Avaliação e Controle Interno
 - 1.5. Coordenação de Gestão de Pessoas (FG-1)
 - 1.6. Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação (FG-2)
 - 1.7. Diretoria de Ensino (CD-3)
 - 1.7.1. Departamento de Desenvolvimento do Ensino (CD-4)
 - 1.7.1.1. Coordenação de Apoio ao Ensino (FG-1)
 - 1.7.1.2. Coordenação de Registros Acadêmicos (FG-1)
 - 1.7.1.3. Coordenação de Biblioteca (FG-2)
 - 1.7.2. Departamento de Assistência ao Educando (CD-4)
 - 1.7.2.1. Coordenação de Assistência Social
 - 1.7.2.2. Coordenação de Orientação Educacional
 - 1.8. Departamento de Extensão (CD-4)
 - 1.8.1. Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade (FG-2)
 - 1.8.2. Coordenação de Formação Inicial e Continuada (FG-2)
 - 1.9. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (CD-4)
 - 1.9.1. Coordenação de Pesquisa e Inovação (FG-2)
 - 1.9.2. Coordenação de Pós-Graduação (FG-2)
 - 1.10. Diretoria de Planejamento e Administração (CD-3)
 - 1.10.1. Coordenação de Orçamento e Finanças (FG-1)
 - 1.10.2. Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado (FG-2)
 - 1.10.3. Coordenação de Serviços Gerais (FG-2)
 - 1.10.4. Coordenação de Compras e Licitações (FG-2)

ESTRUTURA CAMPUS COLORADO DO OESTE

1. Diretor-Geral (CD-2)
 - 1.1. Chefia de Gabinete (FG-2)
 - 1.2. Conselho Escolar
 - 1.3. Coordenação de Comunicação e Eventos (FG-5)
 - 1.4. Coordenação de Avaliação e Controle Interno
 - 1.5. Coordenação de Gestão de Contratos (FG-5)
 - 1.6. Coordenação de Gestão de Pessoas (FG-1)
 - 1.7. Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação (FG-2)
 - 1.8. Diretoria de Ensino (CD-3)
 - 1.8.1. Departamento de Desenvolvimento do Ensino (CD-4)
 - 1.8.1.1. Coordenação dos Cursos Superiores de Tecnologia (FG-1)
 - 1.8.1.2. Coordenação dos Cursos Técnicos (FG-1)
 - 1.8.1.3. Coordenação do Curso de Engenharia Agrônômica (FG-3)
 - 1.8.1.4. Coordenação do Curso de Licenciatura em Biologia (FG-3)
 - 1.8.1.5. Coordenação de Registros Acadêmicos (FG-3)
 - 1.8.1.6. Coordenação de Biblioteca (FG-5)
 - 1.8.2. Departamento de Assistência ao Educando (CD-4)
 - 1.8.2.1. Coordenação de Assistência Social (FG-5)
 - 1.8.2.2. Coordenação de Alimentação e Nutrição (FG-5)
 - 1.8.2.3. Coordenação de Orientação Educacional (FG-5)
 - 1.8.3. Departamento de Produção (CD-4)
 - 1.8.3.1. Coordenação de Animais de Pequeno Porte (FG-4)
 - 1.8.3.2. Coordenação de Animais de Médio Porte (FG-4)
 - 1.8.3.3. Coordenação de Animais de Grande Porte (FG-4)
 - 1.8.3.4. Coordenação de Olericultura (FG-4)
 - 1.8.3.5. Coordenação de Culturas Anuais (FG-4)
 - 1.8.3.6. Coordenação de Culturas Perenes (FG-4)
 - 1.8.3.7. Coordenação de Processamento de Produtos Vegetais e Animais (FG-4)
 - 1.8.3.8. Coordenação de Piscicultura (FG-5)
 - 1.8.3.9. Coordenação de Laboratório de Solos (FG-5)
 - 1.9. Departamento de Extensão (CD-4)
 - 1.9.1. Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade (FG-5)
 - 1.9.2. Coordenação de Formação Inicial e Continuada (FG-5)
 - 1.10. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (CD-4)
 - 1.10.1. Coordenação de Pesquisa e Inovação (FG-5)
 - 1.10.2. Coordenação de Pós-Graduação (FG-5)
 - 1.11. Diretoria de Planejamento e Administração (CD-3)
 - 1.11.1. Coordenação de Orçamento e Finanças (FG-1)
 - 1.11.2. Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado (FG-2)
 - 1.11.3. Coordenação de Serviços Gerais (FG-3)
 - 1.11.4. Coordenação de Compras e Licitações (FG-2)

Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, foi designado como órgão responsável pela implantação da então Escola Técnica Federal de Rondônia através da Portaria nº 1.070, de 13/11/2007.

Considerando as informações supracitadas, esclarecemos:

CONTRATO Nº 022/2009 celebrado entre o Instituto Federal do Amazonas - IFAM e a empresa Rudary Prestadora de Serviços do Amazonas Ltda., em 01/09/2009, com vigência de 12 (doze) meses para atender as necessidades do *Campus* Ji-Paraná, mediante adesão da “Ata de Registro de Preços, Pregão Eletrônico nº 28/2008, item 1 grupo 1.

Em 01/09/2010 foi assinado o Termo Aditivo nº 001/2010 ao referido Contrato, com vigência de 12 meses, período de 01/09/2010 a 31/08/2011. O Contrato supra não foi subrogado, continua sob a responsabilidade do Instituto Federal do Amazonas - IFAM, porém a execução orçamentária é feita pelo *Campus* Ji-Paraná, através da UG 158376/Gestão 26421.

CONTRATOS Nº 027/2009 e 028/2009 celebrados entre o Instituto Federal do Amazonas - IFAM e a empresa Rudary Prestadora de Serviços do Amazonas Ltda., em 01/12/2009, com vigência de 12 (doze) meses para atender as necessidades do *Campus* Avançado Cacoal e *Campus* Ariquemes, mediante adesão da “Ata de Registro de Preços, Pregão Eletrônico nº 28/2008, item 3 grupo 1e item 6 grupo 1, respectivamente. Informamos que a execução orçamentária em ambos os contratos é feita pela Reitoria, através da UG 158148/Gestão 26421.

Em 01/12/2010 foram assinados os Termos Aditivos nº 002 e 003/2010 aos referidos Contratos, com vigência de 12 meses, período de 01/12/2010 a 30/11/2011, para prorrogação e subrogação ao Instituto Federal de Rondônia.

CONTRATO Nº 007/2010 celebrado entre o Instituto Federal de Rondônia - IFRO e a empresa Rudary Prestadora de Serviços do Amazonas Ltda., em 01/02/2009, com vigência de 06 (seis) meses para atender as necessidades do IFRO – Reitoria, Processo nº 23000.065007/2010-52, mediante adesão da “Ata de Registro de Preços, Pregão Eletrônico nº 28/2008, item 2 grupo 1. Execução orçamentária em ambos os contratos é feita pela Reitoria, através da UG 158148/Gestão 26421.

Considerando o aumento da demanda dos serviços continuados em razão da federalização das instalações do Centro de Educação Tecnológica e de Negócios de Rondônia - CETENE em favor do Instituto Federal de Rondônia, foi apresentado pedido de rescisão de contrato junto a empresa contratada, originando o Contrato nº 009/2010.

CONTRATO Nº 009/2010 celebrado entre o Instituto Federal de Rondônia - IFRO e a empresa Rudary Prestadora de Serviços do Amazonas Ltda., em 27/05/2010, com vigência de 06 (seis) meses para atender as necessidades do IFRO – Reitoria e *Campus* Vilhena cujas obras estavam sendo concluídas e logo em seguida entregues, Processo nº 23000.065228/2010-21, mediante adesão da “Ata de Registro de Preços, Pregão Eletrônico nº 28/2008, item 2 grupo 1. Execução orçamentária em ambos os contratos é feita pela Reitoria, através da UG 158148/Gestão 26421.

Em 30/11/2010 foi assinado o Termo Aditivo nº 001/2010 ao referido Contrato, com vigência de 12 (doze) meses, período de 01/12/2010 a 30/11/2011.

CONTRATO Nº 026/2009 celebrado entre o Instituto Federal de Rondônia e a empresa Paz Batista & Batista Ltda.-ME, com vigência de 12 (doze) meses para o período de 26/11/2009 a 25/11/2010, objetivando atender as necessidades do *Campus* Colorado do Oeste. Processo nº 23000.062450/2009-38. A modalidade do certame foi Pregão Eletrônico nº 29/2009.

Em 25/11/2010 foi assinado o Termo Aditivo com vigência de 12 (doze) meses, período de 26/11/2010 a 25/11/2011.

CONTRATO Nº 009/2007 celebrado entre o Instituto Federal de Rondônia e a empresa Transporte Vigilância e Segurança Ltda., com vigência de 12 (doze) meses para o período de 11/06/2007 a 10/06/2008, com vistas a atender demandas do *Campus* Colorado do Oeste. Processo nº 23000.062131/2007-61. Mediante Pregão Eletrônico nº 05/2007.

Foram assinados dois Termos Aditivos. O nº 001/2008, com vigência de 12 (doze) meses, período de 12/06/2008 a 11/06/2009 e o nº 003/2009 12/06/2009 a 11/06/2010.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; © Efetivamente contratada.

ANEXO III - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS													
UG/Gestão: 158142 / 26403							CNPJ: 10.792.928/0001-00						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	1	E	003/2009	07.047.898/0001-00	09/10/2009	15/01/2010			07	07			E
2009	3	E	003/2009	07.047.898/0001-00	09/10/2009	15/01/2010	01	01					E
2009	7	E	003/2009	07.047.898/0001-00	09/10/2009	15/01/2010			04	04			E
2009	7	E	003/2009	07.047.898/0001-00	09/10/2009	15/01/2010					01	01	E
2009	1	O	022/2009	00.984.730/0001-74	01/09/2009	31/08/2011					09	09	P
2009	2	O	022/2009	00.984.730/0001-74	01/09/2009	31/08/2011					01	01	P
2009	7	O	022/2009	00.984.730/0001-74	01/09/2009	31/08/2011					01	01	P
Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA													
UG/Gestão: 158148 / 26421							CNPJ: 10.817.343/0001-05						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	027/2009	00.984.730/0001-74	01/12/2009	30/11/2011			03	03			P
2009	1	O	027/2009	00.984.730/0001-74	01/12/2009	30/11/2011	06	06					P
2009	2	O	027/2009	00.984.730/0001-74	01/12/2009	30/11/2011			01	01			P
2009	7	O	027/2009	00.984.730/0001-74	01/12/2009	30/11/2011			01	01			P
2009	1	O	028/2009	00.984.730/0001-74	01/12/2009	30/11/2011	06	06					P
2009	1	O	028/2009	00.984.730/0001-74	01/12/2009	30/11/2011			09	09			P
2009	2	O	028/2009	00.984.730/0001-74	01/12/2009	30/11/2011			01	01			P
2009	3	O	028/2009	00.984.730/0001-74	01/12/2009	30/11/2011	06	06					P
2009	3	O	028/2009	00.984.730/0001-74	01/12/2009	30/11/2011			02	02			P
2009	7	O	028/2009	00.984.730/0001-74	01/12/2009	30/11/2011			02	02			P
2010	1	O	007/2010	00.984.730/0001-74	01/02/1010	31/05/2010			04	04			E

2010	7	O	007/2010	00.984.730/ 0001-74	01/02/ 1010	31/05/ 2010			01	01			E
2010	1	O	009/2010	00.984.730/ 0001-74	01/06/ 2010	30/11/ 2011			16	16			P
2010	2	O	009/2010	00.984.730/ 0001-74	01/06/ 2010	30/11/ 2011			02	02			P
2010	7	O	009/2010	00.984.730/ 0001-74	01/06/ 2010	30/11/ 2011			02	02			P

Unidade Contratante

Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

UG/Gestão: 158141 / 26421

CNPJ: 10.817.343/0004-40

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	1	E	006/2010	00.984.730/0001-74	26/06/2010	22/12/2010			04	04			E
2010	3	O	010/2010	07.855.231/0001-25	30/07/2010	01/08/2011	08	08					A

Observação:

Oportuno esclarecer que o Contrato nº 003/2009 celebrado entre o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM e a empresa Absoluta Comércio, Serviços & Logística Ltda., em 16/10/2009, com vigência de 03 meses, ocorreu em momento crítico da implantação do Instituto Federal de Rondônia, bem como o andamento das atividades administrativas nos setores de Administração e Gestão de Pessoas, considerando que a Reitoria não possuía naquela oportunidade quadro de servidores e estava com a responsabilidade da execução dos *Campi* em fase de construção e a transferência do escritório de apoio de Manaus-AM para Porto Velho-RO. Desta forma a necessidade da contratação de mão de obra especializada para o desenvolvimento dos trabalhos de rotina, objetivando cumprir as metas previstas naquela oportunidade, além das necessidades da Reitoria e dos *Campi* Ariquemes e Ji-Paraná.

CONTRATO Nº 006/2010 celebrado entre o Instituto Federal de Rondônia - IFRO e a empresa Rudary Prestadora de Serviços do Amazonas Ltda., em 23/06/2010, com vigência de 06 (seis) meses, em caráter emergencial para atender as necessidades do IFRO – *Campus* Colorado do Oeste, Processo nº 23000.065543/2010-58, mediante adesão da “Ata de Registro de Preços, Pregão Eletrônico nº 28/2008, item 2 grupo 1. Execução orçamentária através da UG 158141/Gestão 26421.

CONTRATO Nº 010/2010 celebrado entre o Instituto Federal de Rondônia - IFRO e a empresa Araújo Junqueira e Cia. Ltda.-ME, em 30/07/2010, Processo nº 23000.065986/2010-49. Vigência de 12 (doze) meses para o período de 01/08/2010 a 31/07/2011, IFRO - *Campus* Colorado do Oeste. Execução orçamentária através da UG 158141/Gestão 26421.

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: PROPLAD/CAMPI - IFRO